

## Da (Ausência da) Madeira na Historiografia Portuguesa: O Caso dos Séculos XIX e XX. Uma Perspectiva<sup>1</sup>

On (the Absence of) Madeira in Portuguese Historiography:  
The Case of the 19<sup>th</sup> and 20<sup>th</sup> Centuries. A Perspective

*Paulo Miguel Rodrigues*<sup>2</sup>

### Resumo

Aferir da presença ou ausência da História da Madeira na História de Portugal é o objecto principal deste texto, tendo como referência vários períodos charneira ou temas que sabemos terem sido importantes na construção do Contemporâneo. A análise incidiu sobre um conjunto de obras historiográficas que se podem considerar de referência e de síntese, quer da História de Portugal dos séculos XIX e XX, quer de áreas temáticas específicas. Subjacente à nossa interpretação, exemplificação, apreciação e respectivas conclusões, estará sempre a produção historiográfica madeirense. Apesar de se tratar de uma investigação em progresso, tivemos a preocupação de apresentar aquelas que são as linhas orientadoras do projecto, tanto no que diz respeito aos factores considerados para o estudo crítico desenvolvido, como na caracterização do *corpus* selecionado. Por fim, deixamos algumas sugestões no sentido de se ultrapassarem os problemas identificados

---

<sup>1</sup> Este texto teve na sua base uma conferência, proferida no Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira a 23-11-2021, no *Congresso de História da Madeira – Rumos de Pesquisa, Problemáticas, Análises*, com o mesmo título. Será ainda curial referir que, por sua vez, esta conferência teve na sua génese uma outra, a que dá continuidade e expande, também apresentada na mesma instituição, em Dezembro de 2011, então a convite do Doutor Alberto Vieira.

<sup>2</sup> Doutorado em História Contemporânea, pela Universidade da Madeira (2007), licenciado (1992) e mestre (1999) pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É Professor Associado na Faculdade de Artes e Humanidades da Universidade da Madeira, onde leciona desde 1995. É Coordenador Científico do Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais (UMa-CIERL), investigador integrado do Pólo História, Territórios e Comunidades da NOVA FCSH (Lisboa) e colaborador do Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos da Universidade de Coimbra. Especialista em História Política e Institucional e das Relações Internacionais, tem vários trabalhos académicos ou de divulgação, publicados em Portugal e no estrangeiro, em particular no âmbito dos Estudos da Autonomia. Endereço electrónico: [pmrodrigues@staff.uma.pt](mailto:pmrodrigues@staff.uma.pt).

e, acima de tudo, com o intuito de melhor construir, consolidar, defender e divulgar as memórias colectivas.

**Palavras-chave:** Madeira; Historiografia; Portugal; Séculos XIX-XX; Autonomia.

**Abstract**

Assessing the presence or absence of Madeira History in the History of Portugal is the main object of this text, with reference to several pivotal periods or themes, which we know to have been important in the construction of Modern Times. The analysis focused on a set of historiographical works that can be considered of reference and synthesis, both of History of Portugal of the 19<sup>th</sup> and 20<sup>th</sup> centuries, or of specific thematic areas. Madeiran historiographical production will always be underlying our interpretation, exemplification, appreciation and respective conclusions. Although this is a research in progress, we had the concern to present those that are the guidelines of the project, both with regard to the factors considered for the critical study developed, and in the characterisation of the selected *corpus*. Finally, we present some suggestions in order to overcome the identified problems and, above all, with the purpose of better building, consolidating, defending and disseminating collective memories.

**Keywords:** Madeira; Historiography; Portugal; 19<sup>th</sup>-20<sup>th</sup> Centuries; Autonomy.

Este texto – que é um trabalho em progresso – tem por objecto sinalizar, de um modo experimental, a *presença* e a *ausência* da História da Madeira numa selecção de obras e de outros textos, assim como, embora em menor dimensão, em ilustrações e outras intervenções e registos em formato áudio e/ou vídeo. Os primeiros foram quase sempre seleccionados porque se consideram obras de referência no quadro da historiografia portuguesa e porque representam sínteses do estado do conhecimento no meio académico dirigidas ao grande público.

Não obstante – até pela sua assumida dimensão de estudo em progresso e em aberto –, importa esclarecer e colocar a tónica na circunstância de que as referências usadas são apenas parte de um levantamento já realizado, que por ser dinâmico se vai actualizando e ajustando.

Convém ainda esclarecer que o texto presente se insere num estudo crítico mais vasto, que desenvolvemos, que tem em consideração três factores:

- a) a produção historiográfica madeirense e alguns textos afins;
- b) a aferição do conhecimento concreto que sobre tal produção se verifica, regista e transpõe para a historiografia portuguesa, através da alusão e/ou referência de factos históricos *madeirenses* (situações que, parecendo idênticas, nem sempre o são, como veremos, pois à primeira nem sempre está associada a segunda).

c) a identificação dos problemas (e causas) que ajudem a explicar os factos e a situação vivida, cuja resolução ou mitigação poderá contribuir para uma melhor comunicação e divulgação externa (e interna) do conhecimento produzido na Região Autónoma da Madeira.

Neste texto apenas nos vamos debruçar sobre o segundo (b) e parte do terceiro (c) factores referidos: isto é, aferir da ausência/presença, tendo como referência alguns momentos/períodos históricos pré-definidos (em número de sete), a que daremos tónica variável, mas nos quais se destacam na Madeira temas e problemas de carácter político, institucional e militar, que sabemos fazerem todo o sentido estarem inseridos na escrita da História Contemporânea de Portugal. Os períodos seleccionados são os seguintes:

1. Guerras Napoleónicas (as ocupações e a *Tomada*, consequências e primeira Autonomia);
2. Primeiro trénio liberal (*Vintismo*, a primeira Constituição e Adjacência);
3. Guerras Liberais (1828-1834);
4. Final do século XIX – início do XX (a crise e o renovar da questão autonómica);
5. Grande Guerra (e suas consequências no pensamento autonomista);
6. Transição da Ditadura Militar para o “Estado Novo” (Autonomia e Revoltas);
7. Anos 60 / *25 de Abril* e anos imediatos (o novo Estatuto Político).

Como se verifica, a questão da Autonomia é pedra-de-toque. Será tendo presente tais parâmetros que procuraremos identificar e caracterizar a existência de fenómenos de *esquecimento*, de *presença condicionada* ou de *ignorância* (no sentido literal do vocábulo), os quais, se é certo que, por um lado, contribuem para – indirectamente – fundamentar (e solidificar) a especificidade do *Ser Madeirense* (e assim da *Madeirensidade*), por outro também transformam o arquipélago num *espaço fronteira*, com consequências em diversos campos do saber, revelando, em simultâneo, a imperiosa necessidade de se encontrarem estratégias para combater a persistência dos referidos três fenómenos, em prol de um melhor, mais profundo, sustentado e assertivo conhecimento da História Contemporânea da Madeira e, de modo concomitante, da História de Portugal.

Naquilo que diz respeito ao *corpus* considerado e sem a pretensão de ter realizado uma selecção exaustiva, definimos apenas quatro grupos de textos (que não representam – note-se – todos aqueles já sinalizados para análise futura):

- a) Histórias de Portugal (capítulos/volumes – período contemporâneo) (7 referências);

b) Histórias gerais com eixos temáticos específicos (Administração, Expansão/ Império, Militar, Economia ou afins) (3);

b.1) Dicionários temáticos (3);

c) Historiografia sobre temas específicos e/ou exclusiva ao período contemporâneo (8);

d) Textos de carácter diverso (abordando tópicos no âmbito da História, Geografia, Ciência Política, Sociologia e da Antropologia) (4);

d.1) Intervenções em fóruns de debate ou meios de comunicação social (suporte impresso ou em plataformas digitais áudio e/ou vídeo), mas não seleccionados de forma avulsa, por reflectirem, na maior parte dos casos, o estado da questão (quanto às *ausências*) junto do que podemos considerar senso comum ou a divulgação junto do *grande público* (2).

No fundo, tendo em conta o nosso objecto, podemos considerar que, de uma forma geral, as Histórias de Portugal e até as Histórias Gerais com eixos temáticos (e os Dicionários) acabam por reflectir a produção prévia da historiografia específica sobre temas do período contemporâneo. No mesmo sentido, também os exemplos de intervenções em meios de comunicação *de massa* reflectem, na maior parte dos casos, o *senso comum*, quer sobre determinados temas e questões, quer a respeito daquilo que se considera essencial fazer chegar ao grande público (ou seja: o *cânone*).

Por último – mas ainda em modo de intróito –, mas não menos importante: de forma alguma se devem entender todas as observações apresentadas como críticas ao valor e ao interesse historiográfico e científico globais dos textos referidos (e muito menos dos seus autores).

É importante deixar claro, assim, que os textos adiante mencionados têm uma qualidade global reconhecida e que, de uma forma geral, os seus autores já têm provas dadas no panorama da historiografia nacional e até internacional. Não se resvale, portanto, para uma certa tradição intelectual – infeliz e coarctante, mas por vezes muito *portuguesa* – de confundir *análise crítica* com qualquer tipo de ataque pessoal, dirigido a quem quer que seja. A persistência desta mentalidade (por vezes mesquinha?) – mas um dos grandes equívocos do universo académico português – terá contribuído para a falta de debate honesto e até para a cristalização de conhecimentos e saberes.

## 1.

A selecção do *corpus* incidiu sobre áreas e géneros diversos, optando-se por reunir, para uma primeira base de análise, apenas 27 referências bibliográficas que de seguida identificámos, subdivididas em quatro grupos:

### **a) Histórias de Portugal (capítulos/volumes – período contemporâneo) (7 referências):**

*História de Portugal*, 1928-1954 e 1981, coord. Damião Peres, sendo o vol. 7 (1816-1918) publicado em 1935 e o *Suplemento* (1918-1933) em 1954;  
*História de Portugal*, 1977-2010, Joaquim Veríssimo Serrão, 18 vols.;  
*História de Portugal*, 1993, dir. José Mattoso, 7 vols.;  
*História de Portugal*, 1993, dir. João Medina, 15 vols.;  
*História de Portugal*, 2009, coord. Rui Ramos;  
*História de Portugal*, 2010, org. José Tengarrinha, edição brasileira;  
*Dicionário da História de Portugal – Suplemento*, 1999-2000, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, 3 vols. (7 a 9).

### **b) Histórias gerais com eixos temáticos específicos (3):**

*Poder Central. Poder Regional. Poder Local – uma perspectiva histórica*, 1997, coord. e prefácio Luís Nuno Espinha da Silveira;  
*História Económica de Portugal 1700-2000*, 2005, org. Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva, 3 vols.;  
*História da Expansão Portuguesa*, 1998, dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, 3 vols.

#### **b.1) Dicionários temáticos (3):**

*Dicionário de História do Estado Novo*, 1996, dir. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, 2 vols.: uma obra extensa, profunda e até minuciosa... mas não há verbete qualquer verbete «Madeira»... (havendo «Açores»);  
*Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, 2013-2014, coord. Ana Paula Pires e Maria Fernanda Rollo, 3 vols., Lisboa, Assembleia da República;  
*Dicionário de História de Portugal – O 25 de Abril*, 2017-2018, coord. António Reis, Paula Borges Santos e Maria Inácia Rezola, 8 vols.

**c) Historiografia sobre temas específicos e/ou exclusiva ao período contemporâneo (8):**

*Portugal. Século XX (1890-1976). Pensamento e Acção Política*, 2004, Fernando Rosas;

*O Século XIX Português*, 2002, e *A Monarquia Constitucional*, 2010, Maria de Fátima Bonifácio;

*História da Primeira República Portuguesa*, 2009, coord. Fernando Rosas e Fernanda Rollo;

*Portugal, Brasil e a Europa Napoleónica*, 2010, org. José Luís Cardoso, Nuno Gonçalo Monteiro, José Vicente Serrão;

*História Contemporânea de Portugal: 1808-2010, 2013-2015*, dir. António Costa Pinto e Nuno Gonçalo Monteiro; 5 vols., cada vol. com coordenação própria: 1 (1808-1834): Jorge M. Pedreira e Nuno Gonçalo Monteiro; 2 (1834-1890): Pedro Tavares de Almeida; 3 (1890-1930): Nuno Severiano Teixeira; 4 (1930-1960): José Luís Cardoso; 5 (1960-2000): António Costa Pinto;

*No Bicentenário da Revolução Liberal. Da Revolução à Constituição, 1820-1822*, 2020;

*Os Anos sessenta em Portugal – Duas governações, diferentes políticas públicas?*, 2020, coord. José Maria Brandão de Brito e Paula Borges Santos.

**d) Textos de carácter diverso (4):**

*Portugal. O sabor da terra – Um retrato histórico e geográfico por regiões*, 1997 (profundamente revisto e actualizado para reedição em 2010), José Mattoso, Suzanne Daveau, Duarte Belo;

*Património de Origem Portuguesa no Mundo*, 2010, dir. José Mattoso;

*Retrato de Portugal. Factos e Acontecimentos*, 2007, coord. António Reis (1ª ed.: 1997);

*Viagem a Portugal*, 1981 (1.ª ed.), José Saramago.

**d.1) Intervenções em fóruns de debate ou meios de comunicação social (2):**

Intervenções de Marcelo Rebelo de Sousa na RDP-Antena, feitas em 2021, na qualidade de constitucionalista, apresentando várias sínteses a propósito das seis Constituições portuguesas (1822, 1826, 1838, 1911, 1933 e 1976);

O V Congresso da SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social, realizado em várias sessões, entre Outubro e Dezembro de 2021, com grupos de trabalho sectoriais.

Com a excepção da *História de Portugal* dirigida por Damião Peres (1935), todos os textos referenciados foram publicados após a década de 90 do século XX ou até, na maior parte dos casos, já no século XXI.

Esta não foi uma opção aleatória, pois, para além de pretendermos nos basear em textos de autores ou coordenados por académicos de mérito reconhecido, também consideramos relevante realizar a nossa análise e aferir da veracidade (ou não) da nossa premissa tendo por base a produção mais recente, assumindo que tais textos representariam melhor a síntese e o estado actual do conhecimento (o *estado da arte*) sobre as temáticas neles desenvolvidas.

Isto de forma alguma nos impede de reconhecer – numa eventual futura vertente desta investigação – que até seria interessante realizar um levantamento para as décadas anteriores, para assim poder aferir da presença/ausência da História da Madeira na História de Portugal e do seu teor e evolução.

## 2.

Aquilo que fomos, somos ou seremos é também, para além do que conhecemos de nós próprios, aquilo que os outros conhecem de nós; é também a ideia, a imagem e a consciência que o Outro tem de nós. Neste processo, que na essência representa também a construção de uma Identidade, o estudo da História e a eficaz preservação da Memória Colectiva são imperativos, pelo contributo que dão para que se ultrapasse a ignorância e o esquecimento, internos ou externos.

A ignorância a que nos referimos deve ser entendida em sentido denotativo e literal (jamais pejorativo), ou seja, como mero sinónimo de desconhecimento, quer de um objecto de estudo em particular, quer do sentido da sua relação e inserção num todo. Não pretendemos fazer, portanto, quaisquer juízos de valor sobre a falta de *ciência* e/ou de conhecimento de quem produziu ou coordenou os textos que aqui trazemos para fundamentar o nosso discurso. Pelo contrário: reconhecemos em todos – como lhes reconhece, aliás, o meio académico – elevadas qualificações e extenso saber. Apenas nos limitamos a verificar um conjunto de factos e, a partir deles, a procurar explicações para uma determinada realidade.

Na verdade, podemos mesmo admitir que, pelo menos em parte, a ignorância externa sobre a realidade histórica madeirense – que é a nossa premissa – começa por ser um reflexo da ignorância existente *in loco* sobre a História Contemporânea da Madeira, que é corrente entre o grande público insular, a qual, por sua vez, também se pode considerar consequência do afastamento (compulsivo?) de tais matérias dos *curricula* regionais e ainda mais dos nacionais.

Tais ausências, esquecimentos ou ignorância verificam-se, por exemplo, tanto a respeito de conceitos como os de Autonomia e de *Madeirensidade*, assim como sobre diversas personalidades com projeção e relevância para além do espaço insular; ou a outro nível quanto à presença do Arquipélago em momentos importantes e de charneira da própria História Contemporânea de Portugal, assim como à sua existência enquanto elemento essencial da política externa portuguesa em vários momentos ou até à sua inserção no quadro dos interesses estratégicos e militares das grandes potências (nestes casos, em particular ao longo do século XIX, subalternizando até a Madeira em relação aos Açores, algo que só o desconhecimento pode justificar).

Em relação à Autonomia – ideia, emergência e conquista ao longo dos séculos XIX e XX –, uma questão que até há algumas décadas (inclusive internamente) se tendia a limitar ao período do pós-25 de Abril, o preconceito persiste a muitos níveis, pois sobre este tema facilmente se verificam interpretações primárias ou superficiais, que o fazem aparecer, por exemplo, associado quer ao separatismo ou ao independentismo; à alegada sustentação financeira por parte do Estado central; e às alusões ao despesismo dos Governos Regionais. Tudo muitas vezes catapultado pelo desconhecimento dos termos e da substância dos estatutos políticos, das Constituições e dos seus desenvolvimentos históricos. E isto para nem sequer referir a usual (primária?) associação da Autonomia não a uma *região*, mas sim a um Partido político, senão mesmo a apenas uma personalidade (sem que daqui se deva inferir – saliente-se – o não reconhecimento do peso que ambos tiveram no processo e no estado presente da questão).

Algo semelhante se verifica com o conceito de *Madeirensidade* e a ideia do *Ser Madeirense*, situação que neste caso é reforçada pela quase total ausência de um debate sobre o assunto. O mesmo se verifica, aliás, com os conceitos de Literatura ou de Cultura Madeirenses. Quanto a estes – e em particular a respeito da primeira –, nas poucas vezes que a questão se colocou, a tendência facilmente resvalou (infelizmente)



para a via do (quase) insulto ou tentativa de ridicularização. Quanto àquele vocábulo, não obstante continuar ausente da maioria dos dicionários de Língua Portuguesa, já pode ser encontrado no *Dicionário Priberam (online)*<sup>3</sup>.

Por último, o (re)conhecimento sobre a relevância de diversas personalidades, assim como a presença e influência do Arquipélago em momentos-chave da História portuguesa contemporânea (nas políticas interna e externa). A respeito das primeiras, podem destacar-se os exemplos que vão desde João Francisco de Oliveira (médico de D. João VI, *vintista* e encarregado de negócios de Portugal em Londres e Paris) ao cineasta António da Cunha Teles, passando pelo Barão do Tojal, Ministro da Fazenda de Costa Cabral, João dos Reis Gomes, Manuel Gregório Pestana Júnior, Quirino Avelino de Jesus, João Cabral do Nascimento, entre tantos outros.

Quanto ao que designamos por momentos-chave, a que aludimos no início, veja-se desde logo o período das Guerras Napoleónicas (uma das maiores e espantosas ausências), por ter sido uma época de charneira, de profundas transformações na realidade política, institucional, económica e até social, com vincadas repercussões no mundo português atlântico e continental – e durante o qual a Madeira viveu de forma autónoma, sob a égide britânica; olhe-se também para os anos do *Vintismo* e, entre outros aspectos, para a assunção do novo estatuto político expresso na primeira Constituição Portuguesa (1822) através do conceito de Adjacência; ou ainda para a Guerra Civil, entre liberais e absolutistas (*pedristas/miguelistas*), a respeito da qual, aliás, muitas vezes se delapidam quatro anos, não se contabilizando o período 1828-1834, mas considerando-se tão só 1832-1834, ou seja: apenas a partir do momento em que a guerra passou a fazer-se em território continental; por outro lado, não se podem esquecer – nos dois períodos atrás referidos – a relevância dos rendimentos financeiros gerados na Madeira, fundamentais no equilíbrio das contas da Coroa, assim como a negociação/garantia do cumprimento das obrigações do Estado, em particular ao longo da primeira metade do século XIX (período fulcral na emergência e institucionalização do liberalismo português);

A respeito deste último aspecto e à sua componente económico-financeira, veja-se, num breve parêntesis, o hercúleo – por ser extenso e até, por vezes, denso – projecto *Deve e do Haver das Finanças da Madeira*, produto da investigação de vários estudiosos madeirenses, coordenado por Alberto Vieira, no qual se reuniu e

---

<sup>3</sup> «madeirensidade», 2008-2021, in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* (em linha), disponível em <https://dicionario.priberam.org/madeirensidade>.

sintetizou investigação, levantamentos e textos publicados ao longo de vários anos. Uma publicação, apresentada em vários volumes (14), que por evidentes (e sempre lamentáveis) preconceitos de vária estirpe, acabou por não ser discutida e debatida, sendo até por vezes apontada apenas com o intuito de a diminuir ou até ridicularizar, inclusive por madeirenses, alguns dos quais nem uma só linha leram para além do título<sup>4</sup>.

Regressemos aos restantes quatro momentos-chave seleccionados: o final do século XIX e o início do XX, quando num quadro de agudas crises interna e externa, se verificou o recrudescer e o renovar da questão autonómica, assim como dos interesses por parte das grandes potências, o que provocou, aliás, a primeira – e única – visita da Família Real ao Arquipélago; passada uma década, em plena Grande Guerra, o desenvolvimento das reivindicações autonomistas, que trouxe o recuperar da expressão “Madeira, a Irlanda portuguesa”, usada aliás pela primeira vez na década de 90, mas que em 1916 ganhou inevitavelmente um novo e forte cunho sócio-político; os anos de transição da Ditadura Militar para o “Estado Novo” (e de início da edificação deste), novamente caracterizados, na sequência dos movimentos surgidos no início da década de 20, quer por reivindicações autonomistas, quer por revoltas; por fim, o período que vai do final dos anos 60 até ao *25 de Abril* e anos imediatos, nos quais se concretizou a conquista de um novo estatuto político – o de Região Autónoma – expresso contitucionalmente.

Ora, tudo isto continua a ser, de uma forma geral, ignorado pela historiografia portuguesa sobre o período contemporâneo (séculos XIX-XX), persistindo assim uma desintegração de temas e problemas que, apesar de se poderem considerar insulares e/ou madeirenses, ajudariam a compreender melhor – de forma mais completa e integral – a própria História de Portugal, caso fossem conhecidos e nela devidamente inseridos, mas sem perderem a dimensão da sua especificidade.

### 3.

Impõe-se tentar perceber, portanto, as razões para tal situação.

A este respeito, consideramos que tais ausências até se devem começar por inserir numa lógica de continuidade, no quadro (dos limites) da historiografia produzida pelo “Estado Novo” sobre a Madeira. Na verdade – e não por acaso –, aquela quase se limitou a associar o Arquipélago à *gesta dos Descobrimentos* e à *Expansão*, analisando

---

<sup>4</sup> VIEIRA, 2012, *Deve e Haver das Finanças da Madeira. Séculos XV a XXI*, 14 vols.

a realidade madeirense, reconhecendo-a e reflectindo sobre ela na medida em que a Ilha / o Arquipélago se revelavam e afirmavam enquanto espaço fundamental para a concretização dos (superiores) objectivos de navegação, organização e múltipla afirmação da Coroa portuguesa.

Nesta perspectiva, a Madeira dos séculos XV-XVI só é (re)conhecida por estar total e exclusivamente inserida (absorvida?) pela própria História de Portugal, neste caso do designado períodos dos *Descobrimentos* e da *Expansão*. Ou seja: Madeira não existe de *per si*.

Depois, o próprio desenvolvimento da realidade histórica madeirense e das suas especificidades – em particular os estudos cujo objecto se encontre em períodos posteriores à segunda metade do século XVIII – vai contribuir para uma situação *sui generis*: o gradual *afastamento*/retirada da Ilha dos estudos sobre o espaço *continental* (ou sobre o *Reino*) – porque as realidades começam a divergir –, mas sem que tal *afastamento*/distanciamento implique qualquer aproximação ou inserção no campo dos estudos sobre o Ultramar, as Colónias ou sequer o Império.

Verifica-se assim um fenómeno interessante, que no extremo transforma o arquipélago madeirense num *espaço fronteira*: não era *Reino*, nem *Metrópole*, mas também não tinha – pelo menos em absoluto – em termos jurídicos, institucionais e administrativos o estatuto de *Colónia*. Daí ser assumido, pelo Poder Central, desde o último quartel do século XVIII, como *Província*, embora não *Ultramarina*, começando até a ganhar forma gradual a ideia de *Adjacência*.

Mas outra coisa, porém, eram os quadros mentais coevos. Nestes a Madeira foi efectivamente entendida como uma *Colónia*, pelo menos até ao início do chamado período liberal, época em que se transformou e adquiriu, de forma artificiosa, um novo estatuto jurídico, o de *Adjacente* (ao Reino), expresso na *Constituição de 1822* e que se manteve até 1976<sup>5</sup>. Só então se pode considerar que, gradualmente, se foram alterando tais quadros mentais.

Acrescente-se, todavia, que esta situação não impediu que se continuasse a interpretar a realidade madeirense à luz das verdades/conclusões alcançadas para o espaço continental/Reino, estando estas, muitas vezes, desfasadas daquilo que se verificava no espaço insular. Isto é, aliás, bastante notório na historiografia portuguesa que aborda o início do século XIX e o período das Guerras Napoleónicas, ao assumir

---

<sup>5</sup> Sobre este assunto *vide* RODRIGUES, 2011, «A Madeira durante o primeiro triénio liberal (1820-1823): autonomia, adjacência ou independência?», pp. 451-463 e RODRIGUES, 2012, «Da Autonomia na Madeira: uma proposta de reapreciação da sua génese e desenvolvimento durante a primeira metade do século XIX», pp. 153-177.

que há um paralelismo entre a situação na Madeira e a reconhecida crise continental e peninsular então vivida, em particular no quadro das invasões, após 1807, quando na verdade nada disso se verificava, antes pelo contrário, pois na Madeira a situação revela-se diametralmente oposto. A verdade é que tais paralelismos equívocos repetem-se para outros períodos, temas e análises referentes aos séculos XIX-XX.

Neste sentido, se por um lado são evidentes os intuitos integracionistas – acima de tudo nas perspectivas política, institucional e jurídica –, por outro verificou-se um paradoxal(?) mas persistente afastamento, que se reflectiu de sobremaneira no modo de (não) inserção do Arquipélago na construção da(s) imagem(s) pictórica(s), ilustrativa(s) de Portugal/Reino. Isto aconteceu ao longo do século XIX e da Monarquia Constitucional, continuou com a 1ª República, manteve-se em parte durante o “Estado Novo”, e nem se alterou – pelo menos de imediato – após a instituição da Democracia, podendo até ainda hoje encontrar-se exemplos dessa projecção limitada da representação geográfica de *Portugal* (por encontrar-se reduzida apenas ao espaço continental)<sup>6</sup>.

De facto, tal só começou a ser corrigido (ainda assim de uma forma parcelar e até casuística) pelo “Estado Novo”, através de uma adaptação ou ajustamento, eventual expressão concreta de um espírito novo, realizado através da regular inserção cartográfica das Ilhas Adjacentes em mapas/cartas de Portugal ou da sua edição separada, mas mantendo sempre a referência ao vocábulo «Portugal».

A este respeito, salientam-se o *Mapa Insular e Ultramarino*, 1939 (Gaia, Lusitana) e a *Carta de Portugal Insular e Ultramarino*, 1970 (Vila Nova de Gaia, Gaspar de Medeiros), mas acima de tudo a série dos vários *Mapas*, coordenados por J. R. Silva, publicados desde 1952-1953 até à década de 90, onde se destacam: o *Mapa de Portugal Continental* (note-se o novel cuidado da referência «Continental»); o *Mapa de Portugal Continental e Insular* (mas ocorrendo neste uma lógica dispositiva invertida entre os Arquipélagos da Madeira e dos Açores, com aquele disposto numa posição superior ao segundo, para além de também se incluir Macau); o *Mapa de Portugal Ilhas e Colónias. Edição Popular*; e, por último, o muito divulgado *Mapa de Portugal*

---

<sup>6</sup> Para o período entre meados do século XVI e meados do XIX cf. DIAS, 2006, *Portugalliae Descriptio. Do 1.º mapa conhecido (1561) ao 1.º mapa moderno (1865)*. Para aquele que é apontado como um dos principais especialistas coevos durante o século XIX: GOMES, 1878, *Cartas elementares de Portugal para uso das escolas* (podendo aqui destacar-se a *Carta Orographica e Regional de Portugal*, original de 1876, o mais conhecido dos cinco mapas que constituem o primeiro Atlas científico português). Cf. GARCIA, s.d., *Carta Orographica e Regional de Portugal (1875). Bernardino Barros Gomes, 1839-1910*.

*Histórico* (este dos mais reimpressos, até à década de 90), com ilustrações dos Reis das quatro dinastias e dos Presidentes da República, mas do qual estão excluídos os arquipélagos insulares.

O modelo adoptado em meados do século XX manteve-se no pós-25 de Abril e, de um modo geral, ainda hoje persiste. Aliás, na actualidade ainda é possível encontrar alguns casos em que tais anexações ou projecções cartográficas nos Mapas de Portugal das actuais Regiões Autónomas mais não são do que um contributo para confundir ou induzir em erro observadores incautos, fruto de uma excessiva(?) liberdade representativa, de falta de sensibilidade ou de uma eventual inconsciência quanto à necessidade de se proceder à representação o mais acertada possível dos Arquipélagos, ainda mais quando se sabe que os autores devem escolher sempre o tipo de projecção que menos prejudique o trabalho quanto a distorções do espaço representado<sup>7</sup>.

Neste contexto, a realidade política e as condicionantes editoriais impostas pelo “Estado Novo”, em particular durante a década de 30 – claramente influenciadas pela natureza do regime e pelo sistema político, mas também pelos acontecimentos revoltosos de 1931 e 1936 na Madeira<sup>8</sup> –, vieram interromper uma década e meia muito produtiva, de abordagem, investigação, produção escrita e até de desenvolvimento de estudos e debate sobre a realidade madeirense, inclusive sobre a questão da Autonomia e sobre o *Ser Madeirense* – ou aquilo que hoje podemos definir como a *Madeirensidade*. Produção e debate(s) que, como já referimos, tinham ganho um novo (e vigoroso) impulso em finais do século XIX e na primeira década de 1900, verificando-se depois o seu desenvolvimento durante a Grande Guerra e nos anos subsequentes, até ao final da década de 20, tirando também partido, nesta, da comemoração do designado 5.º Centenário da Descoberta. Tratou-se, portanto, de um processo que em vários aspectos antecedeu, e depois foi paralelo e coincidente com,

---

<sup>7</sup> Registe-se que na página de internet da Direcção Geral de Território (DGT) é possível encontrar uma *Carta de Portugal* à escala 1:2 500 000, na qual o território português é representado em toda a sua (efectiva) extensão. Nesta perspectiva global é possível visualizar o território no seu conjunto: Portugal continental e Regiões autónomas [sic] da Madeira e dos Açores. Os temas representados na carta são as principais infraestruturas viárias (ferroviárias e rodoviárias), a rede hidrográfica principal, a toponímia e o relevo. Vide <https://www.dgterritorio.gov.pt/cartografia/cartografia-topografica/scn2500k>

<sup>8</sup> A *Revolta da Madeira* (de 1931) e a *Revolta do Leite* (de 1936) devem inserir-se num período de forte contestação que se fez sentir na Madeira durante aqueles seis anos, que teve sempre motivações múltiplas – e nunca um elemento determinante –, desde o problema dos abastecimentos, dos monopólios e da fome, até às reivindicações em torno e em defesa da(s) especificidade(s) madeirense(s), passando pelas questões fiscais e pela oposição política contra a Ditadura e contra o Poder Central.

movimentos de teor semelhante nos Açores e em Cabo Verde, havendo inclusive, em relação aos Açores, tentativas – todas fracassadas – para criar uma *frente comum* de reivindicação e de defesa da Autonomia<sup>9</sup>.

Observemos então, em concreto, os textos seleccionados, nos quais se verifica, em maior ou menor dimensão, a ausência/esquecimento a que aludimos ou também uma presença/referência, mas que pelo seu teor ajuda a reforçar o sentido da nossa análise.

---

<sup>9</sup> Destaquem-se as reflexões idênticas então desenvolvidas sobre os Açores (Vitorino Nemésio (1901-1978), que estava em Coimbra, desde o início dos anos 20, vai cunhar o conceito de *Açorianidade* em 1932) e Cabo Verde, onde Manuel Lopes (1907-2005), Jorge Barbosa (1902-1971) e Baltazar Lopes (1907-1989) vão avançar, na luta pela afirmação de uma identidade cultural autónoma, para a formação do conceito de cabo-verdianidade desde o primeiro número da *Claridade – revista de artes e letras*, criada em 1936 e através da qual deram renovada voz a um debate interno anterior, com expressão nos jornais e tertúlias locais.

Note-se que nas tertúlias coimbrãs, nas quais Nemésio começou a reflectir sobre o seu conceito, também participaram alguns madeirenses, como Cabral do Nascimento e Luís Vieira de Castro. Mais: por Coimbra também passou, entre 1921 e 1925, Manuel Lopes, um dos fundadores da já referida *Claridade*, que foi patrocinada por Manuel Velosa, o *Madeirense*, assim conhecido por ser descendente de naturais da Madeira.

Cf. sobre estes assuntos, para a Madeira, para os anos em causa: VERÍSSIMO, 1985, «Em 1917, a Madeira reclama Autonomia», pp. 229-232; VERÍSSIMO, 1989, «A nossa Autonomia. Um inquérito de Armando Pinto Correia», pp. 197-202; VERÍSSIMO, 1990, «O alargamento da Autonomia nos Distritos Insulares. O debate na Madeira (1922-1923)», pp. 493-515; VERÍSSIMO, 1990, «Autonomia insular: as ideias de Quirino Avelino de Jesus», pp. 32-36; VERÍSSIMO, 1991, «Autonomia insular: o debate na Primavera Marcelista», pp. 5-20; VERÍSSIMO, 1995, «O alargamento da Autonomia Insular. O contributo açoreano no debate de 1922-23», pp. 22-30; AAVV, 2011, *Autonomia e História das Ilhas*; e RODRIGUES, 2010, «Da insularidade: prolegómenos e contributo para o estudo dos paradigmas da Madeirensidade (1910-1926)», pp. 210-228; RODRIGUES, 2011, «A Madeira durante o primeiro triénio liberal (1820-1823): *autonomia, adjacência ou independência?*», pp. 451-463; RODRIGUES, 2012, «Da Autonomia na Madeira: uma proposta de reapreciação da sua génese e desenvolvimento durante a primeira metade do século XIX», pp. 153-177; RODRIGUES, 2021, *Dicionário Breve da História da Autonomia da Madeira*.

Nos Açores o 5.º Centenário comemorou-se teve o seu auge em 1932. Apesar de Nemésio ter definido o seu conceito de *Açorianidade* em 1932, a sua reflexão sobre a identidade açoriana é anterior àquele texto, em pelo menos uma década. Manuel Lopes estudou em Coimbra no início da década 20 (no Colégio de S. Pedro e na Escola Comercial). A partir de 1930 foi telegrafista em S. Vicente, funções que passou a desempenhar no Faial, após 1944. Para os Açores, vide AAVV, 1995, *Actas do Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores*; JOÃO, 1991, *Os Açores no século XIX: economia, sociedade e movimentos autonomistas* e JOÃO, 1996, «Identidade e Autonomia», pp. 103-131; LEITE, 1987, *A Autonomia dos Açores na Legislação Portuguesa: 1892-1947*, LEITE, 1990, «O 2.º Movimento Autonomista Açoreano e a importância da Madeira no seu desenvolvimento», pp. 877-883 e LEITE, 2001, «A Historiografia Açoriana na 1ª metade do Século XX – uma tentativa de compreensão», pp. 527-542; e MONJARDINO, 1990, «Raízes da Autonomia Constitucional», pp. 885-909 e MONJARDINO, 2001, «Os complexos da Autonomia», pp. 27-42. MONJARDINO (1990, e 2001); além de vários textos inseridos na recente *História dos Açores*, 2008, 2 vols. Para Cabo Verde, vide alguns dos estudos incluídos em ALMADA, 2006, *Pela Cultura e pela Identidade. Em defesa da Caboverdianidade* e ALMADA, 2008, *O Ano Mágico de 2006: Olhares Retrospectivos sobre a História e a Cultura Cabo-verdiana*.

## a) Histórias de Portugal (capítulos/volumes – período contemporâneo) (7)

Nas Histórias de Portugal, para além das habituais referências ao período dos *Descobrimentos* – ou seja, a visão tradicional de inserir o espaço insular na medida em que tinha uso e benefício exclusivo para Portugal –, verificamos o seguinte:

Na *História de Portugal* (dita *de Barcelos*) dirigida por Damião Peres (antigo reitor do Liceu do Funchal durante a I República), podemos destacar, em relação aos séculos XIX e XX:

– No vol. VII, de 1935, as referências ao facto de a Madeira ter sido a «primeira das Ilhas portuguesas a aderir à revolta liberal» (p. 174) e, mais adiante, à resistência infrutífera do liberal Travassos Valdez aos avanços *miguelistas*, em 1828 (pp. 180-181);

– No *Suplemento*, de 1954, já é feita menção à chamada *Revolução [sic] na Madeira* (pp. 469-470), embora nada se adiante sobre a Revolta *da Farinha*, que no mesmo ano a antecederia, assim como às consequências imediatas daquela, à sua extensão aos Açores e a outros espaços ultramarinos. Pelo contrário, muito mais destaque se concede à *Nota Oficiosa do ministro das Finanças* (mesmo sem o nomear), de 7 de Maio de 1931, da qual se salientam os «prejuízos sofridos pela economia do país, das Ilhas Adjacentes e das Colónias» e onde se anunciaram (à data em forma de aviso) não se poder saber até onde iriam os «estragos na já depauperada economia da Madeira».

Assim se recordava, no referido *Suplemento*, o anúncio feito pouco mais de duas décadas antes, lembrando que as populações «sangrarão durante anos as feridas daquela Ilha» (p. 470).

– Quanto às *ausências*, para além do atrás já referido, pode destacar-se, no âmbito da obra legislativa das primeiras Cortes liberais, a inexistência de qualquer abordagem à questão da *Adjacência*, assim como à resistência do *miguelista* D. Álvaro da Costa Macedo, nem ao processo de libertação e de reconquista de poder pelos liberais, patrocinado pelos britânicos.

Uma realidade interessante, sob diversas perspectivas, é aquela que nos revela a monumental *História de Portugal* de Joaquim Veríssimo Serrão:

– No vol. VI (*O Despotismo Iluminado, 1750-1807*), de 1990, os arquipélagos da Madeira e dos Açores estão inseridos no cap. dedicado a «África, Oriente e Brasil». Tendo em conta o período histórico analisado no volume em causa (a segunda metade do século XVIII), tal opção ajuda a confirmar a especificidade da realidade insular, que sustentamos;

– No vol. VII (*A instauração do liberalismo, 1807-1832*), de 1984, que está dividido em duas partes: na primeira, a Ilha surge inserida no cap. «O Ultramar português de 1807 a 1820»; na segunda, dedicada ao período posterior à Revolução Liberal,

já aparece no cap. «Ilhas Adjacentes, África e Oriente», situação que se mantém nos volumes seguintes, sobre a Monarquia Constitucional, a 1ª República e o “Estado Novo”.

Neste caso, estamos perante uma característica – a reserva de um espaço para a realidade madeirense – que se deve destacar, por ser algo verdadeiramente inédito, a tal ponto... que nunca mais se repetiu em obras posteriores.

E ainda se deve acrescentar relevo ao facto de as opções editoriais desta monumental obra de Veríssimo Serrão também reflectirem o reconhecimento da especificidade insular, inclusive do ponto de vista político, ficando clara, por exemplo, a mudança de estatuto que se verificou em Setembro 1822, com a assunção da já referida noção de *Adjacência*. Relevância ainda maior, repita-se, pela circunstância de, paradoxalmente, tratar-se de um facto tendencialmente obliterado em publicações posteriores do mesmo género.

Contudo, a *História de Portugal* de Veríssimo Serrão também nos serve para revelar o grau de (des)conhecimento sobre a História Contemporânea da Madeira, tendo em conta o que podemos chamar de *lógica historiográfica* persistente nos meios académicos do centro aquando da abordagem a espaços para si periféricos.

– No vol. X (*A Queda da Monarquia, 1890-1910*), de 1988, por exemplo, pode ler-se: «É conhecida [sic] a História madeirense nos últimos vinte anos da monarquia [1890-1910] pelo que esta notícia envolve quase na integra os textos da legislação oficial». Logo depois, outra informação peremptória, para desfazer quaisquer dúvidas: o que se pretende é dar a conhecer «que medidas de *iniciativa governamental* contribuíram então para o desenvolvimento da Madeira e do Porto Santo» (p. 210; itálico nosso). Isto é: na verdade, o alegado *conhecimento* não resulta de qualquer análise, estudo e interpretação historiográficos, mas apenas se sustenta na leitura, eventual interpretação e dedução da legislação oficial produzida para os Arquipélagos. Neste caso, estavam em causa os decretos, ditos *autónomicos*, de 1895 para os Açores e de 1901 para a Madeira.

Depois, no aparato, tanto no vol. X como em outros (anteriores ou posteriores), o mais frequente é sustentar-se toda a narrativa histórica não em qualquer análise e interpretação efectivas, mas apenas na transcrição/citação de legislação coeva ou, em alternativa, no incontornável (inefável?) *Elucidário Madeirense*, que mesmo na versão dos anos 40 (edição fac-similada em 1984 e 1998) já se poderia considerar muito datado nas décadas de 80 e 90. E note-se que, apesar de tudo, continua (2023) a ser usado.



– Veja-se ainda o vol. XIV (*Da 1.ª Legislatura à Visita Presidencial aos Açores, 1935-41*), de 2000: tem um subcap., designado «O sonho da autonomia insular», e o verbo escolhido não é despiendo (porque não *luta* ou *tentativa de conquista*, por exemplo?). Para não variar, a tónica é colocada no caso açoriano – o tal «sonho de algumas figuras gradas na vida política e cultural das ilhas, com maior realce para a corrente açoriana» –, apresentado como promotor daquela causa; mais adiante, a declaração de que «uma solução descentralizadora em relação ao continente vinha sendo *alimentada nos Açores*» (p. 307)<sup>10</sup>, aproveitando ainda para recordar – e assim situar – o início de todo o processo autonomista na década de 90 do século XIX, para além de, de caminho, destacar os textos de Francisco de Athayde Faria e Maia, no início da década de 20.

Todas estas afirmações (e outras) representam, sem surpresa, a adopção da via canónica, sustentada em proeminentes autores açorianos, algo que também terá resultado, é certo, pelo menos em parte, da míngua de estudos relativos à realidade madeirense e sobre as suas elites. Mas não só. Uma vez mais, são ignorados textos de autores que na Madeira se haviam debruçado sobre a questão, que, apesar de serem poucos, já existiam<sup>11</sup>. Isto não evita, como é evidente, que também se comprovasse a necessidade de desenvolver na Madeira muito mais investigação sobre o tema da Autonomia (algo que efectivamente até se fez nas décadas seguintes, mesmo que em alguns casos sem conseguir ultrapassar determinados preconceitos, por natureza limitadores e redutores).

Não obstante, saliente-se que:

– É feita referência às intervenções dos deputados da Madeira e dos Açores na 1.ª Legislatura do “Estado Novo” (1935-1938), na sua tentativa de reabrir «o problema da chamada «autonomia insular»» [*sic*];

– Alude-se à nova legislação, que depois surgiu, a respeito das *ilhas adjacentes* [*sic*], associando-a ao desenvolvimento da crise política na Europa, impondo ao *Governo* [*sic*] português a tomada de medidas «quanto à descontinuidade territorial geográfica entre a metrópole e as duas possessões [*sic*]». O desenvolvimento destas questões levaria à instituição do *Estatuto dos Distritos Autónomos da Madeira e dos Açores* (1939-1940), no qual Marcelo Caetano teve uma função central e que desenvolveu as bases da legislação aprovada em 1938 (pp. 308-309). Porém, apesar de

---

<sup>10</sup> Baseando-se em LEITE, 1987, *A A Autonomia dos Açores na Legislação Portuguesa: 1892-1947*; itálico nosso.

<sup>11</sup> Destaquem-se os textos de Nelson Veríssimo e os coordenados por Alberto Vieira, referidos na Bibliografia que acompanha este texto.

prometido (a pp. 309), a questão do *Estatuto* não volta a ser abordada na perspectiva das Ilhas;

– Reserva-se o habitual subcap. específico, intitulado «Arquipélago da Madeira», embora preenchido quase todo, como já aludimos, com um texto descritivo de medidas oficiais e/ou produção legislativa, assente, na quase totalidade, em registos do *Diário do Governo*.

Ainda assim, a respeito da questão da Autonomia, registre-se que sendo esta convocada na *História de Portugal* de Veríssimo Serrão para o período inicial do “Estado Novo” (caso único em obras do género e depois dos apontamentos canónicos apresentados no volume dedicado aos anos da viragem de século (vol. X) – àquela questão não se faz – estranhamente – qualquer referência nos volumes (XI e XII) sobre a I República, sabendo-se que à data da sua edição já existiam textos, mesmo que de qualidade variável, sobre o assunto na Madeira, em particular sobre o Movimento Autonomista existente na década de 20.

Produto de outras (renovadas) visões e outros conceitos de História e de Historiografia, consideramos aqui duas outras monumentais Histórias de Portugal (ambas desde a Antiguidade até ao Contemporâneo), ambas publicadas em 1993, uma dirigida por João Medina (15 vols.: período contemporâneo após o VIII) e outra por José Mattoso (8 vols.: contemporâneo após o 5).

A respeito destas, entre outros aspectos, registamos o seguinte:

– No vol. VIII da *História de Portugal* dirigida por João Medina, a propósito de Beresford é o próprio António Pedro Vicente (um dos maiores especialistas sobre o período das Guerras Napoleónicas) que assinala (lamentando) que o exercício do poder do novo Marechal-general na Madeira – o qual, recorde-se, *tomou* a Ilha em nome de SMB Jorge III, no final de Dezembro de 1807 (isto apesar de António Pedro Vicente referir «ocupou», o que na verdade só sucedeu a partir de Abril de 1808) – continue a *«geralmente esquecido na historiografia portuguesa, dando-se até a circunstância de obras de grande divulgação, como é o caso do Dicionário da História de Portugal, não salientarem tal facto»* [sic] (p. 87, itálico nosso).

Na verdade, estas palavras servem não apenas para Beresford (que ganhou grande relevância pelas funções que depois desempenhou no Reino), mas também para todo o período das Guerras Napoleónicas no espaço insular madeirense, cuja realidade e importância continua a ser ignorada nas Histórias de Portugal. O mesmo se verifica, aliás, a respeito da diversidade (ainda não absorvida) entre os conceitos de *Tomada* e de *Ocupação*, assim como sobre o teor e as múltiplas consequências (locais, insulares e nacionais) da presença militar britânica na Madeira (1807-1814);

– Depois, ainda no vol. VIII, a propósito do período «Da revolução vintista à guerra civil (1820-1834)», é obliterada, por exemplo, qualquer referência ao novo estatuto jurídico das *Ilhas Adjacentes*, isto apesar de se fazerem referências a outros artigos, a respeito de direitos e liberdades, organização dos poderes, etc. (pp. 99, 117-124) Ora, convém não esquecer que a fórmula artificiosa (a *Adjacência*) então definida para integrar os arquipélagos da Madeira e dos Açores no Reino/Coroa de Portugal terá sido a única que se manteve inalterada em todas as Constituições (monárquicas e republicanas) até 1976;

– No vol. IX (*A Monarquia Constitucional*), na parte III («A crise do sistema constitucional, 1890-1906»): não há qualquer referência às questões da Autonomia (1901) ou sequer à visita da Família Real (meados de 1901).

E a propósito das Campanhas de África (então ditas de *Pacificação*), esquece-se (porque merecia uma entrada, à semelhança de outros) o conselheiro Aires de Ornelas e Vasconcelos, companheiro de Mouzinho de Albuquerque (com o qual, aliás, até aparece numa foto, tirada em Lourenço Marques, em 1895, a pp. 257) e que também foi, entre outras coisas, tutor do Príncipe D. Luís Filipe.

– Dito isto, facilmente se deduz que nos vols. X e XI (*República*, I e II) não há espaço para quaisquer das reivindicações autonomistas. Da mesma forma, no vol. XIII (*Estado Novo*, II), se é incontornável a Revolta *da Madeira* (1931), esquecem-se as *da Farinha* (1931) e *do Leite* (1936) (pp. 153 e ss.);

– No vol. XIV (*Portugal Democrático*), a propósito da «Constituição e evolução constitucional» e, em particular da *Constituição de 1976*, refere-se como nesta se «acolheram [...] formas de autonomia [*sic*] política e legislativa das regiões [*sic*] dos Açores e da Madeira, consideradas regiões autónomas [*sic*]» (pp. 253-264; note-se também a propensão para o uso das minúsculas).

No mesmo volume, no subponto «Institucionalização do sistema democrático», refere-se, novamente a propósito da *Constituição de 1976*, primeiro a proclamação da «autonomia do poder local e o governo próprio das regiões autónomas [*sic*] dos Açores e da Madeira»; depois – no âmbito da descentralização e da desconcentração – como os Arquipélagos dos Açores e da Madeira «adquiriram [*sic*] [curioso o verbo, em detrimento daquele que a historiografia madeirense usa: conquistaram] a qualidade de regiões autónomas [*sic*], dotadas de estatutos político-administrativos e de órgãos de governo próprio, com amplas atribuições de carácter legislativo, político e administrativo [*sic*]» (pp. 265-295; volte a destacar-se a opção pelo uso de minúsculas de determinados vocábulos).

Ainda assim – embora mantendo um teor discursivo semelhante –, é referida a transferência de competências; afirma-se que a «autonomia política, legislativa e

financeira das Regiões Autónomas [sic] não parou de aumentar, com a correspondente tradução em cada revisão constitucional», lembrando-se que a «construção da autonomia regional [sic] não esteve isenta de alguns conflitos institucionais e de momentos de tensão, sobretudo por ocasião da aprovação ou revisão dos respectivos estatutos», voltando ainda a fazer-se referência ao «sistema de governo das regiões autónomas [sic]», mas agora inserindo-o no último subponto, «O governo das regiões autónomas [sic] e do poder local», numa evidente tentativa de associar dois níveis de poder que se devem considerar diversos<sup>12</sup>.

Na *História de Portugal* dirigida por José Mattoso, nos volumes dedicados ao período contemporâneo (que contam com autores ou coordenadores específicos), as referências são infimas, não indo para além de duas brevíssimas menções, primeiro a propósito da «ocupação da ilha da Madeira» em 1807, por contingentes militares britânicos; depois, dois parágrafos abaixo, no quadro da Convenção secreta negociada entre Portugal e a Inglaterra, que previa a «ocupação», a qual, porém, como se sabe, de facto não se concretizou nos termos estipulados (vol. 5, p. 24).

O mesmo se verifica quer a respeito da *Adjacência*, durante o *Vintismo*, como depois sobre as reivindicações autonomistas, no final do século XIX e início do XX, ou ainda daquelas que ocorreram durante a Grande Guerra e, depois, na década de 20, às quais já aludimos.

Neste contexto, é com alguma surpresa que se verifica no último volume (8, *Portugal em transe*) o surgimento de um cap. intitulado «Os regimes autonómicos dos Açores e da Madeira». A razão, acreditamos, é simples: o autor do volume em causa é o açoriano José Medeiros Ferreira. Como facilmente se deduz, fá-lo bem, como era seu reconhecido apanágio, mas colocando a tónica na realidade açoriana, o que se confirma nos subpontos sobre as «Relações entre Autonomia e Regionalização», «As Relações entre a revolução e a Autonomia Regional», as «Relações entre Revolução, Separatismo e Autonomia», «As influências internacionais», «A evolução institucional da Autonomia» e «Os desenvolvimentos das Autonomias Regionais» (vol. 8, pp. 177-195).

Mas ainda a respeito das Histórias de Portugal, refiram-se outros dois exemplos, mais recentes, que nos interessam por terem âmbitos diversos, inclusive nos públicos que visam:

---

<sup>12</sup> Nunca é de mais salientar-se, apenas porque é um facto histórico frequente e repetitivo, o teor do discurso – muitas vezes *sui generis* – de Vital Moreira (um dos mais qualificados Constitucionalistas portugueses) quando aborda as questões da Autonomia.

– A muito popular (e premiada) *História de Portugal*, de 2009 (1.<sup>a</sup> ed.), coordenada por Rui Ramos, com Bernardo Vasconcelos e Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro: uma síntese, em volume único, com mais de 1000 páginas na sua primeira edição (777 de texto), que pela sua qualidade e disseminação pública, também funciona como obra de referência.

Tratando-se de uma obra dirigida ao grande público, com múltiplas edições, é também um exemplo do desconhecimento sobre aquilo que se produziu na e sobre a Madeira a respeito dos séculos XIX e XX – em monografias, colóquios, congressos e diversas publicações periódicas – e, em particular, a respeito da inter-relação que em alguns momentos se verificou, como já mencionámos, entre as realidades insular e continental. Isto para além da importância intrínseca de diversos factos, temas e problemas madeirenses, que, uma vez inseridos no quadro de um conhecimento genérico e/ou global da História de Portugal, contribuirão para a sua melhor compreensão.

Ainda assim, registre-se uma excepção: a referência à presença britânica na Ilha (embora identificada como *inglesa*, quando na época em causa o historicamente correcto seria *britânica* ou, em alternativa, *escocesa*): é um dos raros exemplos (atrevo-me mesmo a dizer que será o único) em que se refere, apesar de algumas imprecisões, que a Madeira foi «conquistada pelos ingleses em Dezembro de 1807», passando a ser «governada em nome do rei Jorge III, como se fosse uma nova colónia inglesa», esclarecendo-se até que «só seria devolvida em Abril de 1808» (p. 442).

É um caso raro – insólito mesmo – numa História de Portugal de carácter genérico. Terá eventualmente uma pequena insuficiência, para o leitor que se deseja informado: uma vez que não se encontra tal referência em nenhuma das outras Histórias de Portugal antecedentes – e sabe-se que os autores e coordenadores nunca escreveram sobre o assunto –, ficamos sem saber qual a referência bibliográfica para tais informações, uma vez que não é citada, algo que se torna ainda mais estranho sabendo-se do critério seguido a propósito de outros assuntos, de uma forma geral devidamente sustentados na bibliografia devida.

Claro que, de resto, para as duas centúrias seguintes nada mais se refere a respeito da Madeira, desde as páginas dedicadas ao «Reformismo liberal (1890-1910)» até à «Democracia europeia (desde 1976)». Algo que, aliás, também se reflecte na cronologia final apresentada. Com uma única ressalva: a menção feita ao ataque do submarino alemão de Dezembro de 1916, mas apenas a este, esquecendo-se por isso o bombardeamento de Dezembro de 1917.

Nos anexos, por exemplo, usa-se de um mapa onde a Guerra Civil surge como tendo sido entre «1832-1834», isto é: associando-a apenas ao período em que se lutou em território do Reino<sup>13</sup>. Enfim, ainda naqueles, também é verdade que Madeira aparece num mapa, a propósito dos concelhos portugueses existentes na actualidade.

Mas ainda a respeito desta *História de Portugal*, neste caso no âmbito das iniciativas da sua apresentação e divulgação públicas, veja-se o que diz Rui Ramos, em entrevista: «Somos [Portugal] 10 milhões, *um rectângulo [sic]* de cerca de 80.000 quilómetros quadrados, com fronteiras muito antigas. Isso convida-nos a imaginar uma população bastante igual... não somos. O primeiro mito é que somos um povo uniforme, homogéneo. E somos plurais, sempre o fomos. Uma parte da nossa história tem como base essa pluralidade. Na Idade Média, percebe-se um contraste entre o Norte cristão e o Sul muçulmano»<sup>14</sup>.

Pode deduzir-se, assim, que em tal pluralidade não entram os espaços insulares atlânticos, concretizando-se deste modo um quadro mental que se confirma mais adiante, na mesma entrevista, quando a propósito da identidade portuguesa o coordenador admite que a consciência dessa identidade é «fundamental para as pessoas que nascem em Portugal, que são aqui educadas, *quer sejam do Porto [o Norte], Lisboa [o Centro] ou Faro [o Sul]*, e que se sentem portuguesas»<sup>15</sup>.

– Na *História de Portugal* organizada por José Tengarrinha, uma edição brasileira de 2010, que contou com a participação de vários nomes de referência da historiografia portuguesa (José Mattoso, Maria Helena da Cruz Coelho, Baquero Moreno, Borges Coelho, Maria do Rosário Themudo Barata, Amadeu Carvalho Homem, Oliveira Marques, João Medina, Reis Torgal, Medeiros Ferreira, entre outros), a Madeira apenas surge a propósito dos *Descobrimientos* e da *colonização*.

A naturalidade com que se deve aceitar e compreender (por motivos de edição) a tónica e o forte relevo colocado na análise do espaço brasileiro (e das relações deste com Portugal), não pode servir para escamotear a ausência atrás referida, mais não fosse pela historicidade das relações da Madeira com o Brasil, em particular com o Nordeste:

– No cap. 11: só faz referência, por exemplo, ao Minho, à Beira Alta e a Trás-os-Montes, no quadro da «contestação rural e evolução liberal» em Portugal, espaços aqueles onde se refere que predominava a enfeiteuse ou subenfeiteuse, a propósito da

---

<sup>13</sup> É certo que retirado de MARQUES, 2002, *Portugal e a instauração do Liberalismo*, p. 589.

<sup>14</sup> RAMOS, Junho de 2010, «Portugal não é um país contente consigo próprio»; itálico nosso.

<sup>15</sup> RAMOS, Junho de 2010, «Portugal não é um país contente consigo próprio»; itálico nosso.

posse de terra, de bens da Coroa e de bens patrimoniais, entre outros. Esquece assim por completo a *Colônia*, que na Madeira, em 1817, até esteve directamente ligada à chamada *Revolta dos Colonos* (p. 212).

Quanto ao *Suplemento*, de 1999-2000 (vols. 7 a 9, coord. António Barreto e M. Filomena Mónica, 3 vols.), ao conhecido *Dicionário da História de Portugal* (dirigido pelo madeirense Joel Serrão):

– No vol. 7 (A/E) encontramos os verbetes «Açores» e «autonomia [sic] açoriana», sem que exista qualquer entrada que aborde o caso madeirense ou sequer as Ilhas Adjacentes (pp. 41-43 e 150-151);

– No vol. 8 (F/O) há um verbete «Madeira» (pp. 410-412), repartido em cinco tópicos: «Crescimento populacional»; «Infra-estruturas»; «Emigração»; «Desenvolvimento cultural»; e «Contestação ao regime». Não há espaço para a Autonomia madeirense.

Ainda neste volume encontramos um verbete curioso: «Identidade Nacional e Território», também subdividido (pp. 212-220). Aqui, o conteúdo das «Características Físicas» desenvolve-se pelas «Terras Altas e Terras Baixas»; pela «Montanha e Planície»; pelo «Portugal mediterrâneo, Atlântico e continental» (esclareça-se: oceano aqui mencionado porque «banha as suas costas»); chegando ao «Clima», ao «Portugal húmido e ao Portugal seco» e à «vegetação». Não há espaço para os Arquipélagos.

Depois, a respeito das «Culturas e Formas de exploração», segue-se uma lógica semelhante, com pequenas adaptações (mas em exclusivo a respeito do espaço continental), definindo-se cinco divisões «principais»: Norte Atlântico, ou Noroeste; Norte Transmontano, ou Nordeste; o Sul; o Algarve; e uma zona de transição.

Neste contexto, a respeito do «Campo e a Cidade» parece óbvio que nem se refere o Funchal ou qualquer outra cidade ou vila madeirense.

Por fim, a propósito da «Unidade de Portugal»: uma vez mais só se reservam linhas para o espaço entre o Minho e o Algarve, inclusive quando se mencionam os tópicos da «unidade étnica», «unidade linguística» e «unidade «política»» [sic].

– No vol. 9 (P/Z), ressalve-se, encontramos o verbete «regiões» [sic], que ainda assim se subdivide em: 1. Administração Local Autárquica (duas colunas e meia mais três quadros); 2. O regime especial da administração das ilhas [sic] (um parágrafo, de 17 linhas); 3. Planeamento e desenvolvimento regional.

Neste volume reserva-se também um verbete para a «revolta [sic] da Madeira», mas sem que se faça qualquer menção às *Revoltas da Farinha* (1931) e *do Leite* (1936) (pp. 227-230 e pp. 244-245).

### **b) Histórias gerais com eixos temáticos específicos (3)**

Começamos pelas 141 páginas de *Poder Central. Poder Regional. Poder Local – uma perspectiva histórica*, de 1997 (coord. Luís Nuno Espinha da Silveira), a propósito de um tema que é uma questão e debate constantes ao longo dos séculos XIX e XX<sup>16</sup>. Nele deparamo-nos com oito textos, nos quais em pelo menos dois ou três seria expectável que surgissem referências à Madeira (e/ou às Ilhas Adjacentes).

Num deles, o III, «Poder local e corpos intermédios: especificidades do Portugal moderno numa perspectiva histórica comparada» (pp. 47-61), até se faz referência não às Ilhas Adjacentes, mas sim às «ilhas atlânticas». Percebendo-se que o autor se está a referir à Madeira e aos Açores, não se percebe porque, ao usar de tal topónimo, não incluiu Cabo Verde e São Tomé.

Por outro lado, notam-se imprecisões, lapsos ou até desconhecimento, porque se é aceitável que se afirme que (então) não existia (ainda) um «direito regional» propriamente dito, algumas reservas emergem – quando temos a realidade madeirense em conta – ao ler-se:

– Que não existiram «instituições próprias de províncias». Ora, na Madeira ocorrem-nos logo as *Juntas*: da Fazenda (1775), de Justiça (ou Criminal) (1803), da Agricultura (1810), do Desembargo do Paço (1811), só formalmente extintas em 1834, para nem apontar as Juntas Gerais, extintas no Reino, mas persistentes na Madeira e nos Açores;

– Que a «municipalização do espaço político local coartou o surgimento de instâncias autónomas regionais». *De facto* (eventualmente não – ou nem sempre – *de jure*) tais instâncias existiram na Madeira. Desde logo porque o Poder Central – ainda mais do que no Reino, devido à descontinuidade geográfica – não tinha capacidade de exercer um controlo efectivo no terreno e sobre as autoridades nomeadas ou destacadas. Assim, eram as próprias autoridades insulares a se arrogarem ao exercício efectivo do poder, circunstância que lhes permitia terem autonomia de decisão/acção.

Por outras palavras: mesmo que os Governadores e Capitães-gerais fossem – pela sua natureza – «delegados do centro [ou da Coroa], de acordo com o modelo dos governadores ou vice-reis coloniais», na Madeira, devido a circunstâncias históricas específicas, transformaram-se, assumindo e exercendo poderes autónomos, mesmo sem tal designação formal. A este respeito, o período das Guerras Napoleónicas é exemplar.

---

<sup>16</sup> Convém esclarecer que consideramos não dever confundir-se *regionalismo* com *autonomismo*. Cf. RODRIGUES, 2021, *Dicionário Breve da História da Autonomia da Madeira*.



– Que «não existiam capitais de unidades administrativas regionais»: poderiam não existir formalmente instituídas (pelo Poder Central), mas para o caso madeirense ninguém duvida que o município do Funchal exercia essa função, configurando-se e existindo enquanto tal nos quadros mentais coevos (p. 53).

Estes apontamentos remetem-nos para uma outra questão, que apesar de não ser aqui o nosso enfoque, não pode passar sem menção, porque se relaciona com o nosso objecto: o equívoco que é, com a intenção de fundamentar hipóteses/premissas de âmbito nacional (apontar a inexistência de poderes intermédios; afirmar que «o contraponto do centro eram [apenas] os poderes locais e sobretudo municipais»; e, acima de tudo, afirmar a «inexistência de identidades regionais ou linguísticas»), reduzir a análise do todo nacional ao espaço continental, acrescentando-se até, a respeito desta última inexistência de identidades, que este era um «aspecto que divergia fortemente do que se passava em França, em Espanha e na generalidade das monarquias europeias da época» (p. 56).

Ora, tais leituras, em certa medida redutoras, que não atribuem quaisquer especificidades aos arquipélagos atlânticos, facilmente levam ao enviesamento e à deturpação da realidade histórica, da sua interpretação e das conclusões que nos permite alcançar. Ou seja: podendo reflectir a realidade do Reino, de modo algum se ajustam à realidade insular madeirense, que daquela é diversa, por ser específica. Mais: tais leituras acabam por contaminar facilmente o conhecimento que (não) temos – ou temos por equívocado – sobre a realidade contemporânea madeirense.

Ainda na mesma publicação, o cap. VII («As autonomias insulares na evolução do espaço político português», de José Medeiros Ferreira, pp. 113-123) permite-nos regressar a uma questão paralela a que já aludimos: sendo o autor açoriano, apesar de o título ter um âmbito genérico e multiarquipelágico, a concepção e a análise da História da Autonomia coloca invariavelmente a tónica e faz-se a partir do caso açoriano, desenvolvendo-se num discurso que o tem por base e se enreda na(s) realidade(s) e na(s) experiência(s) do Arquipélago dos Açores. Não há, aliás, qualquer referência a textos publicados na Madeira.

A este respeito, uma das questões que mais recentemente emergiu terá a ver com o facto de a historiografia açoriana apontar para o final do século XIX e para o designado *Decreto da Autonomia* (1895) como génese do primeiro movimento autonomista (diploma que foi depois revisto e adaptado, para passar a vigorar também na Madeira, em 1901)<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Veja-se, a título de exemplo: CORDEIRO, 1992, «Autonomia e identidade nacional: os Açores na segunda metade do século XIX».

Uma vez mais, esta tendência – de alguma repetição acrítica – contribui para obliterar dados e fomentar equívocos a respeito da História da ideia, do conceito e da concretização da Autonomia na Madeira, resumindo-a e limitando-a a um paralelismo com os Açores.

Na *História Económica de Portugal 1700-2000*, de 2005 (org. Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva, 3 vols., podemos verificar:

– No vol. II (*O Século XIX*) a ausência de uma verdadeira análise sobre o primeiro quartel do século XIX. Na verdade, isto reflecte o pouco que ainda se sabe sobre este período e a escassez de investigação mesmo a nível nacional. Isto contribuiu, por exemplo, para que se continue a desconhecer a nível nacional o (importante) papel da *Junta da Fazenda* da Madeira no sustento e manutenção dos interesses portugueses e no suporte financeiro dado à actividade diplomática de Portugal em vários momentos, durante as primeiras décadas do século XIX, na Grã-Bretanha e na Europa continental.

Ainda neste volume, no cap. 2, intitulado «A ocupação da terra», será caso para perguntar se a realidade madeirense – ao menos a *Colónia* – não justificava pelo menos um parágrafo? Ou no cap. 6, «A Agricultura», quando é abordada a viticultura e se escreve sobre a situação no Douro (mas também na Estremadura, Alentejo e Algarve), se faz referência ao «mapa vinícola nacional» e até se lembram várias fitopatologias, em particular o *oidium* (oídio) e a filoxera, será que o vinho da Madeira não merecia ao menos umas linhas (nem que fosse apenas para lembrar que na Madeira também se produzia vinho e que este foi fortemente afectado por ambos)?

Enfim, registre-se que neste cap. 6 se faz referência, mesmo que de passagem, à existência de uma Sociedade Agrícola da Madeira, embora também facilmente se deduza que isso é feito não na sequência de um consulta bibliográfica, mas sim por tal instituição ter sido referenciada em legislação consultada.

No cap. 7, «A Indústria», é manifesta a intenção de começar por «caracterizar a estrutura da indústria portuguesa no início do século e discutir os prováveis efeitos das guerras napoleónicas», declarando-se que a análise realizada «decorre[u] da interpretação da literatura», embora logo se esclareça que a respeito da primeira metade do século XIX, dada a «ausência de referências quantitativas em número suficiente», a análise se baseia «na apresentação da discussão historiográfica sobre a industrialização portuguesa» (vol. II, 2005: cap. 2, pp. 83-118; cap. 6, pp. 219-258; cap. 7, pp. 259-281).

Ora, aqui está outro exemplo consistente de como a historiografia nacional ignora a especificidade da realidade madeirense no início do século XIX. Assim,

ao referir-se ao «estado de guerra e [à] grande instabilidade política no início do século XIX, dentro e fora de fronteiras», até ao apontar que tudo isto implicou «alterações fundamentais no quadro em que a economia portuguesa se inseria», conclui-se no sentido de tal ter sido nefasto para a indústria nacional (fim do exclusivo colonial com o Brasil; exposição da indústria nacional à concorrência externa; maior concorrência de produtos importados; quebra das exportações; redução da actividade manufactureira; para além dos «efeitos directos» das invasões «na agricultura, no comércio e na indústria, provocando seguramente alguma contração na actividade económica»).

Na Madeira a realidade foi... diametralmente oposta. Mesmo tendo em conta que os estudos mais recentes sobre a realidade continental/Reino estão a levantar algumas dúvidas sobre a profundidade da contração e crise então verificadas, para se concluir que não terá sido tão grave como alegaram os coevos e depois, desde então, pretenderam demonstrar alguns estudos. Mas estas já são outras questões. Aquilo que nos interessa destacar é que não há uma só referência à realidade madeirense, à sua diversidade e à sua especificidade.

Mas esta *História Económica de Portugal* é um verdadeiro manancial de exemplos.

No cap. 8, «Moeda e bancos», [sic] escreve-se, a dado passo: «no séc. XIX a maior parte dos bancos [sic] teve a sua sede em Lisboa ou no Porto e muitos deles tiveram representação na outra destas duas grandes praças portuguesas, mas não na província. Em parte isso deveu-se a problemas de confiança» (pp. 283-304). Ora, conhecendo-se a História da Madeira, sabe-se que não foi exactamente assim. Pelo menos num caso a inexistência de banco ficou a dever-se ao facto de as *Cortes* terem recusado/negado dar provimento, durante o *Vintismo*, à criação no Funchal daquela que então teria sido a primeira instituição bancária (um Banco ou Casa bancária) em Portugal.

Por outro lado, também se ignora que na Madeira, ao contrário do que sucedia no Reino, durante toda a primeira metade do século XIX (e parte da segunda), sempre circularam, em simultâneo, moedas de diversas proveniências (e não apenas o *real* ou os *réis*); saber-se-ia ainda que a diferença entre moeda *fraca* e moeda *forte* também existiu na Madeira (e não apenas nos Açores, como se diz a p. 294) e que pelo menos no caso madeirense tal remontava a um período muito anterior ao último quartel do XIX (data em que se assinala, para os Açores, com ágio de 25%).

Por fim, a respeito do último quartel do século XIX, quando se faz menção a vários bancos e instituições afins em várias localidades nacionais de Norte a Sul (a propósito do crescimento explosivo daqueles a nível nacional que então ocorreu),

também se poderia referir, por exemplo, que na Madeira foi então fundado, em 1875, o *Banco Comercial da Madeira* (1875-1887)<sup>18</sup>.

Tudo isto se reforça na *História da Expansão Portuguesa*, de 1998-2000 (dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, 5 vols.), a última do género publicada em vários volumes<sup>19</sup>.

Nesta reconhece-se, por exemplo, que o Império Ultramarino português incluía, na África Ocidental, os *Arquipélagos do Atlântico*, entre os quais estava o da Madeira; e também se afirma/admite que todas estas possessões «se caracterizavam, em diversos graus, pela diversidade de grupos étnicos, isto se o termo «étnicos» for ampliado para abarcar grupos ou comunidades que se identificam, e eram identificadas por outros, pela origem nacional, religião, raça, ocupação e cultura»<sup>20</sup>.

Mas nela, por outro lado, as referências ao topónimo *Madeira* aparecem quase exclusivamente associadas a três circunstâncias: a propósito de funcionários da Coroa, que tendo sido nomeados para alguma possessão ultramarina, haviam antes desempenhado funções na Ilha; a propósito do(s) fenómeno(s) migratório(s): enquanto espaço de emigração, mas também de imigração, onde desembarcavam «imigrantes da metrópole»; a propósito da sua inserção ou afastamento no âmbito dos interesses ultramarinos portugueses.

Ou seja, não há – a respeito da Madeira – nada que se assemelhe ao que se verifica, por exemplo, em relação ao Brasil (um cap. intitulado «O Brasil no sistema colonial», no vol. 3, para o período entre 1696 e 1808). Seria estranho existir um cap. intitulado: «A Madeira no sistema colonial»?

Note-se que em relação a Cabo Verde, para os mesmos períodos, são abordadas as realidades política, institucional, social, económica e cultural. Pelo contrário, em relação ao espaço insular madeirense nada existe que sequer se aproxime de tal análise, isto não obstante ser reconhecida a necessidade de inserir o Arquipélago, enquanto objecto de estudo, no quadro de uma História da Expansão Portuguesa, deixando-se até implícita a especificidade da realidade madeirense.

No vol. 4 é feita uma rápida referência à *Tomada* da Madeira pelas tropas britânicas (Dezembro de 1807), mas sem qualquer suporte bibliográfico, o que nos

---

<sup>18</sup> Ainda assim referido no *Dicionário de História Empresarial Portuguesa, Séculos XIX e XX*, 2013, vol. 1, Instituições bancárias. O primeiro organismo bancário que se conhece na cidade do Funchal – a *Casa Rodrigues Leitão & filhos* – data dos inícios da década de 1870, em consonância com o “boom” de instituições de crédito ocorrido um pouco por todo o país. Cf. FREITAS, 2015, «Banca regional madeirense durante os séculos XIX e XX: breve caracterização».

<sup>19</sup> Interessam-nos os vols. 3, de 1998 (1697-1808), e 4, de 2000 (1808-1930).

<sup>20</sup> RUSSELL-WOOD, 1998, «Comunidades étnicas», in *História da Expansão Portuguesa*, vol. 3, p. 210.

leva a deduzir que tal referência se faz sem que seja efectivamente compreendida a dimensão conceptual do verbo, como se a *Tomada* tivesse persistido – e não persistiu – quando se transformou em *Ocupação* (Abril 1808) (*Ocupação* que, aliás, já se tinha verificado em 1801, facto não referido no vol. 3).

Assim, de forma geral, em relação ao período charneira que foram as Guerras Napoleónicas, esta História da Expansão persiste no discurso da crise, que sabemos não fazer sentido a respeito da Madeira.

O mesmo se verifica em relação ao final do século XIX e início do XX: quando se desenvolve a situação de «Portugal no contexto internacional», não há qualquer referência à Madeira, apesar de já existirem vários estudos sobre a sua importância, no âmbito das relações de Portugal com o Reino Unido, a Alemanha e a França.

Nesta *História da Expansão Portuguesa*, há eventualmente um pequeno oásis, quanto ao (re)conhecimento da realidade madeirense: a respeito do urbanismo e da arquitectura, embora também se possa deduzir – uma vez mais, como em outros casos – que tal apenas se ficou a dever ao facto de serem temas apresentados por José Manuel Fernandes, que para além de ter sido uma presença habitual em colóquios na Madeira e nos Açores, é também professor na Universidade Técnica de Lisboa (e, por isso, está no centro).

### **b.1) Dicionários temáticos (3)**

No *Dicionário de História do Estado Novo*, de 1996 (dir. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, 2 vols.), estamos perante uma obra importante, extensa e até minuciosa. Aqui apenas a convocamos para assinalar que, infelizmente, não há qualquer verbete «Madeira», apesar de existir um dedicado aos Açores. Claro que dele também se encontram ausentes diversas personalidades (favoráveis ou opositoras ao regime), além de também se justificar, por exemplo, entre outras, uma entrada a respeito do Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes (1939).

A respeito do *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, de 2013-2014 (3 vols., coord. Ana Paula Pires e Maria Fernanda Rollo), financiado pela Assembleia da República, muito haveria para assinalar, não obstante também tratar-se de uma obra de indubitável qualidade.

Tem entrada «Autonomia das Ilhas Adjacentes», mas o texto, de José Guilherme Reis Leite, diz respeito quase integralmente aos Açores; depois, quando se abordam a questão das subsistências; os almanaques e revistas; as relações com a Alemanha e a Inglaterra; o Urbanismo/Arquitectura das cidades (este um caso exemplar: só Lisboa,

um pouco do Porto e meia dúzia de linhas sobre Coimbra e Braga), nada se refere a respeito da realidade madeirense, merecedora de pelo menos menção de existência e da sua importância, inclusive no quadro nacional.

É certo que estão presentes Pestana Júnior, Francisco Correia Herédia, Quirino Avelino de Jesus, embora todos sem que em algum caso se tivesse usado da sapiência de madeirenses que sobre eles escreveram. Por outro lado, pode lembrar-se a ausência de verbetes dedicados a algumas figuras (madeirenses, da República): desde logo, entre outros, Luís Vieira de Castro, Cabral do Nascimento, Álvaro Manso ou os irmãos Franco. Assim como entradas dedicadas aos bombardeamentos durante a Grande Guerra, às Ilhas Adjacentes, à inovadora Empresa Cinegráfica Atlântida (e ao seu mentor, Manuel Luís Vieira) e até ao topónimo Madeira (tendo em conta que existem para Macau, Angola, etc).

No *Dicionário de História de Portugal – O 25 de Abril*, de 2017-2018 (coord. António Reis, Paula Borges Santos e Maria Inácia Rezola, 8 vols.), só existem três entradas, a respeito de Alberto João Jardim, Ornelas Camacho e FLAMA (escritas pelo autor destas linhas). Mas muito mais haveria a escrever, sobre Partidos ou outras organizações e associações, factos e acontecimentos, movimentos e ideias políticas ou personalidades.

### **c) Historiografia sobre temas e/ou sobre o período contemporâneo (8)**

Em *Portugal. Século XX (1890-1976). Pensamento e Acção Política*, de 2004, escrito por um dos mais qualificados especialistas sobre o tema e o período em causa (Fernando Rosas), não há qualquer referência ao pensamento autonomista, que como se sabe também contribuiu, de forma indelével, para a caracterização (teórica e concreta) do pensamento e da acção política portuguesa entre 1890 e 1976.

N' *O Século XIX Português*, de 2002, e n' *A Monarquia Constitucional*, de 2010, ambos de Maria de Fátima Bonifácio, uma das mais relevantes historiadoras portuguesas da actualidade, estamos perante excelentes textos de síntese, rigorosas visões panorâmicas sobre a realidade política, institucional e económica, mas que se encontram contaminadas pelo esquecimento da importância da Madeira na (re) construção da monarquia portuguesa, nas suas versões liberais e constitucionais.

Na mais recente *História da Primeira República Portuguesa*, de 2009 (coord. Fernando Rosas e Fernanda Rollo), ocorre algo semelhante: o topónimo Madeira surge apenas uma vez – e de passagem –, tão de passagem que nem sequer se

encontra registado no índice respectivo, ao contrário do que sucede, por exemplo, com o topónimo Açores.

Será que foi nulo o contributo da Madeira para a proclamação, afirmação e desenvolvimento da ideia e do regime republicano? Terá sido inexistente ou incipiente a participação de personalidades madeirenses em todo o processo? Será de todo desprezível a (diversa) produção historiográfica madeirense sobre o assunto? Não foi, por exemplo, o Funchal bombardeado por duas vezes (1916 e 1917)? Não foram também estes anos (e a década seguinte) de vincado recrudescimento das reivindicações autonomistas e, inclusive, de recuperação da analogia com aquilo que então ocorria na Irlanda, ao ponto de se ter designado a Madeira como a “Irlanda portuguesa”? Não interessará nenhum destes tópicos a uma História da I República Portuguesa?

Em *Portugal, Brasil e a Europa Napoleónica*, de 2010 (org. José Luís Cardoso, Nuno Gonçalo Monteiro e José Vicente Serrão) estamos perante uma obra interessante, mas que se revela também como um dos casos mais exemplares: 24 caps., organizados em 4 partes: I. Portugal na Europa (5 caps.); II. Política e Instituições em transição (9 caps.); III. Economia e Sociedade em mudança (6 caps.); IV. Entre memória e representação (4 caps.). Não há um só a respeito da Madeira; existem dois sobre os Açores (na Parte II, dedicada a «Política e instituições em transição»).

Ora, convém nunca esquecer – e nunca será de mais repetir, até à exaustão – que a Madeira foi ocupada em 1801; foi *Tomada* em 1807 e passou depois a ser novamente ocupada entre Abril de 1808 e Outubro de 1814, Sempre pelas forças britânicas; que durante estes anos foram instituídas três Juntas (Criminal; da Agricultura; e do Paço); que é durante estes anos que surge a Ideia de Autonomia, como hoje a conhecemos; e que foi, exactamente durante estes anos, que a Ilha viveu, pela primeira vez, uma Autonomia *de facto*, que teve até aspectos de *de jure*.

Conclusão: quem ler a publicação referida, editada com o patrocínio da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia e organizada por académicos de prestígio reconhecido... poderá ser levando a pensar que que na Madeira nada aconteceu e que o Arquipélago passou ao lado de tamanho conflito. Ou pior: se não tiver acesso ao que já se publicou no Funchal, poderá ficar a pensar que na Madeira se viveu uma grande e grave crise, como se pode ler a respeito do mesmo período para o Reino e para a Península (quando já aqui escrevemos que se passou exactamente o oposto).

Da recente *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010*, de 2013-2015 (dir. António Costa Pinto e Nuno Gonçalo Monteiro, 5 vols.) servimo-nos apenas dos seguintes: 1. *O colapso do Império e a Revolução Liberal, 1808-1834*; 2. *A Construção*

*Nacional, 1834-1890*; 3. *A crise do Liberalismo, 1890-1960*; e 5. *A busca da Democracia, 1960-2000*. Têm todos uma estrutura discursiva semelhante: Índice de Gráficos; Cronologia; As Chaves do Período; A Vida Política; Portugal no Mundo; O Processo Económico; População e Sociedade; Cultura; Bibliografia recomendada, etc.

Todos os volumes apresentam uma breve cronologia inicial, mas em nenhuma delas há alguma referência à Madeira. Podia ser uma opção criteriosa, quiçá até facilmente justificável, tendo em conta se tratar de uma cronologia brevíssima. Mas não deixa de ser curioso verificar que se assinalam: a «Ocupação de Lisboa pelas tropas francesas de Junot» (20-11-1807) ou o «Desembarque das tropas inglesas [*sic*] em Portugal sob o comando de Wellington» (1-8-1808), entre outras referências do mesmo teor.

Por aquilo que já aqui escrevemos, percebe-se o que está a faltar: não seria relevante – ou, ao menos, de algum interesse – lembrar que a 24 de Dezembro de 1807 as tropas britânicas *tomaram* a Ilha da Madeira e que depois nela permaneceram durante sete anos? Terá sido isto algo de somenos na História Contemporânea de Portugal e até do Atlântico português, além das consequências que teve na gestão do Império sob a égide da Coroa portuguesa?

É certo que no vol. I (p. 49), a propósito de «A Vida Política», se refere que no momento em que Napoleão decretou o fim do reinado da Dinastia de Bragança (1-2-1808) e, entre outras coisas, a dissolução da Regência, «já a ilha da Madeira tinha sido ocupada [*sic*] pelos ingleses [*sic*]». Ou seja, mesmo esta referência – que persiste em não perceber a diferença entre *Tomada* e *Ocupação* – emerge de modo condicionado e assessorio a um outro facto.

A outro nível, veja-se que já a pp. 42-43 se tinham apresentado dois mapas, um, com os «Municípios portugueses no início do século XIX»; outro, com as «Comarcas no início do século XIX», sem que em algum deles apareçam os/as existentes na Madeira e nos Açores.

Depois, mesmo no cap. «Portugal no Mundo» (pp. 77-120), continua a usar-se a respeito da Madeira aquilo que escreveu Luz Soriano no século XIX (nos 19 vols. da sua monumental *História da Guerra Civil e do estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal compreendendo a história diplomática, militar e política deste Reino, desde 1777 até 1834*, publicada entre 1866 e 1890), e que se foi repetindo de modo acrítico: desde logo, acerca da presença britânica na Madeira em 1807 (na maior parte das vezes a ocupação de 1801 é ignorada), ao fazer-se referência, por exemplo, à designada *Convenção Secreta*, que é aceite como um facto consumado, depois de negociada em Londres por D. Domingos de Sousa Coutinho e assinada entre Portugal



e a Inglaterra a 22-10-1807 (ratificada a 8-11), e afirmando-se que aquela Convenção continha «obrigações onerosas para Portugal, nomeadamente a entrega da ilha da Madeira em depósito, em caso de encerramento dos portos».

Ora, esta *Convenção* nunca foi cumprida, pelo menos naquilo que diz respeito à Madeira: a ilha foi *Tomada* – com *Capitulação* – e foi exactamente por ter negociado (em 1808) a sua restituição à soberania portuguesa que Domingos de Sousa Coutinho recebeu o título de Conde do Funchal (decreto de 17-12-1808). Ou seja: a historiografia portuguesa insiste numa falácia. Mas a este respeito, bastava ter lido o que Artur Sarmiento começou a escrever na década de 30<sup>21</sup> e aquilo que muito se foi revendo, actualizando e acrescentando desde então e em particular a partir da década de 90.

Ainda nesta obra, no vol. 2 (*A Construção Nacional, 1834-1890*), no cap. dedicado à «Cultura» (pp. 205-206) é feita referência ao aparecimento e à importância das Escolas Médico-Cirúrgicas... mas apenas às de Lisboa e Porto. A obliteração historiográfica da Escola Médico-Cirúrgica do Funchal, fundada em simultâneo com aquelas e em exercício até à data em que a sua extinção foi imposta pela I República (1911), continua a revelar-se um caso de singular (e grave) esquecimento.

No vol. 3 (*A Crise do Liberalismo, 1890-1930*), além de nada se referir a propósito das Ilhas Adjacentes, é curioso verificar que se optou por mencionar o «Decreto eleitoral [de 8-8-1901] que estabelece os grandes círculos plurinominais, suprimindo a autonomia política das grandes cidades [continentais]: a célebre «ignóbil porcaria»», sem se reservar sequer uma linha para lembrar que haviam sido de 1895 e de 1901 os designados – e não menos célebres – *Decretos da Autonomia* Administrativa das Ilhas Adjacentes. Neste contexto, é óbvio que neste volume também nada se refere a respeito da(s) luta(s) autonomista(s) dos arquipélagos atlânticos.

Neste volume, o mesmo se verifica no cap. «A Cultura». Aliás, a respeito da Cultura, lidos todos os volumes, só podemos concluir que da Madeira não saiu qualquer contributo para a Cultura portuguesa.

No último, no vol. 5 (*A Busca da Democracia, 1960-2000*): olhamos a Cronologia (que é, aliás, a mais curta de todas), sobrevoamos o livro e não encontramos uma única referência à Madeira. Nem sequer no cap. «A Vida Política» (pp. 25-54), quando se sabe que aqueles anos foram pelos menos os da instituição do Estatuto de Região Autónoma. Isto apesar de se escrever – e bem – sobre os «Partidos», sobre o «Verão Quente», sobre a «Descolonização», até sobre as «Transferências de Poder em África».

---

<sup>21</sup> SARMENTO, 1930, *Madeira 1801 a 1802 e 1807 a 1814: notas e documentos*, p. 55.

Será que a instituição do até então inédito Estatuto das Regiões Autónomas não merecia pelo menos uma linha? Será que esta transferência de poderes e a sua inserção no novo sistema política instituído, com base na *Constituição de 1976*, não justificava uma palavra? É que este é um volume onde até a Herman José e a Quim Barreiros se faz referência!

A propósito da evocação do bicentenário da Revolução Liberal (1820-1822 – 2020-2022), têm sido realizadas diversas iniciativas e já foram publicados vários livros, além de números de revistas temáticas (embora também alguns dos eventos tenham sido adiados, por causa do COVID-19).

Uma dessas publicações, *No Bicentenário da Revolução Liberal. Da Revolução à Constituição, 1820-1822*, de 2020 (de Vital Moreira e José Domingues), insere-se num projecto que gravita em torno da referida Revolução, mas que também pretende ser, em simultâneo, uma «história constitucional portuguesa, em geral, do séc. XII ao XXI».

No seu 1.º vol. (já foram publicados 3), com o referido subtítulo, os autores reservam um cap. (IV) para as «Eleições Ultramarinas nas Cortes Constituintes de 1821-1822», onde identificam a Madeira (e os Açores, Cabo Verde, Angola, Brasil, Goa e Timor) como «territórios portugueses de além-mar» (p. 67). Nele – reconheça-se – apontam inclusive as propostas falhadas acerca do número de deputados que deviam representar as Ilhas nas Cortes; e também mencionam, embora de forma breve e por vezes incompleta ou equívoca, as principais datas da adesão daqueles territórios ao novo sistema constitucional (a Madeira a 28-1-1821), e assinalem o decorrente processo eleitoral (destacando até o facto de ter sido a Madeira o «segundo território de além-mar» a fazê-lo, depois do Grão-Pará, no Brasil, e antes da Bahia) (p. 71, itálico nosso).

Ora, neste contexto, não deixa de ser singular que na referida publicação, no cap. X («A Primeira «Constituição Política» de Portugal», pp. 161 e ss.), depois de se referirem os procedimentos constituintes; as *Bases da Constituição*; o projecto oficial de *Constituição*; o texto final e as influências constitucionais estrangeiras, quando se chega aos «traços característicos da Constituição» (p. 174) se apresentem um conjunto de dados estatísticos (n.º de títulos, n.º de art.ºs, etc) e se destaquem as liberdades individuais; o sistema político; a proeminência política das Cortes; os impostos e finanças públicas; e até, por fim, a organização territorial do Estado, sem que em algum momento se faça sequer menção à instituição das Ilhas Adjacentes.

Mais: chegados a este último ponto, da organização do Estado, os autores consideram que «a nível da organização territorial do Estado, são de assinalar os

seguintes pontos: (i) ainda se manteve o Reino Unido de Portugal e do Brasil e Algarves [...]; (ii) preservou-se e reforçou-se a autonomia local dos concelhos [...]; (iii) no cumprimento do princípio da separação de poderes, foram retiradas ao poder judicial (juiz de fora ou juiz ordinário) as antiquíssimas funções económicas e administrativas, que passaram a pertencer à câmara municipal».

E ainda se acrescenta que «exceptuando os municípios, a Constituição não deu guarida a nenhuma das outras circunscrições territoriais preexistentes», e que, em contrapartida, previa a criação de uma espécie de semiautarquia supramunicipal (como hoje se poderia dizer), a que dava o nome de «Distrito».

Lido tudo isto, apetece mesmo perguntar: mas por que motivo não se faz sequer uma pequena alusão às Ilhas Adjacentes, cuja instituição foi muito além da simples inovação jurídica?

Por fim, compreendendo-se a pertinência de existir um cap. (o XII) intitulado «A «causa do Brasil» no Congresso Constituinte de 1821-1822», não se percebe porque não se adopta o mesmo critério para outras causas que então também se levantaram nas Cortes, como por exemplo a “causa da Madeira”. Para aferir da sua historicidade basta-nos, por um lado, recordar aquilo que em 1821, desde o Funchal, escreveu o então Governador e Capitão-general da Madeira, Sebastião Xavier Botelho, ao alertar para a circunstância de «*a ilha [estar] a boiar no Atlântico*» (itálico nosso); ou, por outro lado, recuperar a discussão, levada a efeito pelos deputados em torno da questão de saber se a Madeira era Europa ou África.

Em *Os Anos sessenta em Portugal – Duas governações, diferentes políticas públicas?*, de 2020 (coord. José Maria Brandão de Brito e Paula Borges Santos), também financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, encontramos 11 caps. nos quais se escreve sobre a sociedade portuguesa, a diplomacia, a guerra e a defesa, as políticas de educação e da saúde, mas onde não há espaço para incluir a(s) realidade(s) madeirense e açoriana. Como é possível intitular de tal modo um livro – e este é apenas um dos últimos, de muitos outros casos semelhantes – sem que a obra inclua os dois arquipélagos?

Assim se esquece, por exemplo, a importância que tiveram na Madeira os anos 60 na formação do próprio conceito de *Região* e até no desenvolvimento gradual do conceito de *Autonomia*, isto para nem sequer lembrar algumas das políticas públicas que tiveram evidente repercussão no nosso arquipélago (para parafrasear o subtítulo do livro).

#### **d) Textos de carácter diverso (abordando tópicos no âmbito da História, Geografia, Ciência Política, Sociologia e da Antropologia) (4)**

Em *Portugal. O sabor da terra – Um retrato histórico e geográfico por regiões*, de 1997 (José Mattoso, Suzanne Daveau, Duarte Belo), patrocinado pela Expo'98, profundamente revisto e actualizado, para ser reeditado em 2010, não há qualquer referência aos espaços *regionais* insulares. Da 1.<sup>a</sup> edição faz parte um mapa «de Portugal», com a indicação dos locais fotografados. Não existe qualquer referência aos espaços insulares madeirense e açoriano. As ausências mantêm-se em *Património de Origem Portuguesa no Mundo*, de 2010 (dir. José Mattoso).

Em *Retrato de Portugal. Factos e Acontecimentos*, de 2007 (coord. António Reis), apoiado pelo Instituto Camões e pela Presidência do Conselho da União Europeia, quando se aborda o território, apenas se registam ilustrações do espaço continental, embora se apresentem três fotos alusivas ao arquipélago madeirense: uma a representar a Floresta Laurissilva; outra a revelar uma perspectiva da Casa das Mudanças e outra... de Cristiano Ronaldo. Ainda assim, assinalem-se as várias referências ao espaço madeirense, em particular nos capítulos dedicados ao Estado, à Sociedade, ao Ambiente e até à Cultura.

Para terminar, no que aos livros diz respeito, nada melhor do que lembrar o único Prémio Nobel da Literatura português, José Saramago, e o seu hoje comemorado *Viagem a Portugal*, reeditado no âmbito das comemorações do centenário do nascimento do escritor e do 40.<sup>o</sup> aniversário da primeira edição do livro (1981): trata-se de uma longa, multifacetada e muito interessante viagem, percorrendo terras e vales, caminhos, ruas e até agruras de um Portugal que se pretendia (re)conhecer e identificar – de Norte a Sul – através de um percurso que era também uma deambulação introspectiva ao interior de comunidades e do Povo... mas da qual não fazem parte a Madeira e os Açores. Terá sido esta obra a síntese literária de uma época e de um pensamento... que hoje, passadas quatro décadas, ainda persiste?

#### **d.1) Intervenções diversas, em fóruns de debate ou meios de comunicação social (2)**

Quanto a estas, servimo-nos de apenas dois casos, de carácter diverso, sabendo que existem muitos outros que, apesar de identificados, aqui não se justificam. Consideramo-los importantes porque qualquer um deles é recente (2021-2022) e porque, além de comprovarem a ausência da Madeira na História Contemporânea

de Portugal, também nos revelam algumas das consequências e das repercussões que se podem verificar devido a essa continuada ausência/esquecimento, a essa desmemória.

Em primeiro lugar, um conjunto de intervenções (6) de Marcelo Rebelo de Sousa realizadas na RDP-Antena 1 em 2022, as quais, convém esclarecer, foram feitas no programa *Serviço Público – Bloco de Notas* na qualidade de reputado constitucionalista. Ainda assim, como é óbvio, neste caso não se pode dissociar do académico o facto de também desempenhar as funções de Presidente da República.

As intervenções radiofónicas consistiam na apresentação de várias sínteses a propósito das seis Constituições portuguesas (de 1822, 1826, 1838, 1911, 1933 e 1976), sempre com o intuito de identificar o que em cada uma das referidas Leis Fundamentais se devia considerar como essencial e de mais relevante, tendo como referência o conhecimento necessário para alunos do Ensino Secundário (11.º e 12.º anos), visando a sua preparação para as avaliações / os exames de final de ano lectivo, tudo apresentado como «uma conversa de rádio sobre as matérias de estudo».

Em nenhum dos programas alguma vez se mencionaram os Estatutos Políticos da Madeira e dos Açores, que todas as Constituições expressavam, desde a *Adjacência*, na *Constituição de 1822*, à instituição das *Regiões Autónomas*, na *Constituição de 1976*, sob o qual hoje ainda nos regemos. Não referiu, mas devia tê-lo feito, até porque se tais temas não constam dos programas de estudo... são os programas que devem ser corrigidos.

O segundo caso remete-nos para a histórica associação SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social, uma das mais antigas associações cívicas portuguesas, constituída em 1970, com «fundadores oriundos de diferentes formações académicas, estratos sociais, actividades profissionais e opções políticas», continuando a afirmar-se hoje como uma «escola de cidadania»<sup>22</sup>.

Para assinalar o 50.º aniversário (1970 – 2020-2022), a SEDES organizou o seu V Congresso (entre Outubro e Dezembro de 2021)<sup>23</sup>. Na prática, estruturou-se em cinco momentos/datas (a primeira a 28-10; a última a 5-12) e decorreu – quase despercebido – em três cidades: Lisboa, Porto e Coimbra, com um programa extenso, feito por dezenas de pessoas, bem preparadas, com o objectivo de propor «soluções para o país», num momento em que diversos analistas coincidem em considerar muito importante para Portugal.

---

<sup>22</sup> Veja-se o site da associação em <https://www.sedes.pt/index.php/sedes/historia>.

<sup>23</sup> O V Congresso da SEDES estava ainda a decorrer quando teve lugar a conferência que deu origem a este texto.

O Congresso contou com dez grupos de trabalho sectoriais, dedicados à análise e debates sectoriais sobre a Soberania, a Reforma do Sistema Político, o Desenvolvimento Económico, as Finanças Públicas, a Saúde e a Acção Social, a Educação e a Cultura, a Industrialização, a Energia e o Clima, a Justiça e a Investigação e o Desenvolvimento e Inovação Empresarial e Regulação.

Ora, num evento de tamanha dimensão, tendo em conta os objectivos declarados e a qualidade geral dos intervenientes, só podemos lamentar não haver registo de que em algum dos seus momentos ou grupos de trabalho se verificasse a participação activa de alguma personalidade da Madeira ou sequer de alguém que pudesse, eventualmente, apresentar, transmitir e colocar em debate as questões, os interesses e a perspectiva madeirenses no quadro global da vida nacional. A questão da Autonomia, por exemplo, e tudo aquilo que envolve – que não é pouco – foi uma das que ficou excluída. Poder-se-á pensar o futuro de Portugal sem ter em conta a existência de duas Regiões Autónomas?

Acrescente-se que da estrutura da SEDES (em 2022) fazem parte 15 conselhos distritais, distribuídos de Norte a Sul do território continental<sup>24</sup>. Não obstante, será curial esclarecer que já depois da conferência que apresentámos e que esteve na origem do presente texto, realizada em Novembro de 2021, a referida associação inaugurou no Funchal, em Dezembro de 2022, o que designou por uma “Delegação Regional”, que supomos ter sido a primeira do género. Ainda assim, numa primeira análise, esta delegação aparenta limitar o seu enfoque aos estudos na área da Economia.

## Algumas Conclusões

O afastamento, o esquecimento e a desmemória estão registados e reforçam o indubitável existência e entendimento da Madeira enquanto *espaço fronteira*<sup>25</sup>. Assim se oblitera a História, fomentando a ignorância geral e, com esta, a ideia peregrina de que nada mais terá existido, além daquilo que canonicamente se afirma. Esta é uma das vias para que se apaguem causas com óbvia historicidade, em particular quando tais causas, temas e problemas não se encaixam nas lógicas centrípetas, integradoras, exclusivas(?) e unitaristas dos poderes do centro.

---

<sup>24</sup> Como se pode ver aqui: <https://www.sedes.pt/index.php/sedes/quem-somos/38-conselhos-regionais>.

<sup>25</sup> Sobre o conceito, cf. LOTMAN, 2009, *Culture and Explosion*, p. 236 e o estudo de STEFFENS e DANTAS, 2016, «Luhmann, Lotman e o problema da fronteira: uma reflexão teórico-crítica em torno das categorias de inclusão e exclusão», pp. 354-374.

Ou seja, nesta perspectiva, o Arquipélago da Madeira não aparece inscrito nos paradigmas continental ou ultramarino portugueses. E mesmo quando eventualmente aparece ligado ao segundo (o ultramarino), mesmo isso verifica-se de uma forma incipiente, que quase só serve para confirmar a sua dimensão *fronteira*.

A pergunta que se coloca é simples e repete-se: como se explicam tais silêncios, esquecimentos, obliterações e todas as demais situações que nos podem conduzir à desmemória?

A resposta, como se percebe, não será tão simples e para a tentarmos encontrar também partimos da premissa de que terá de resultar da correlação de vários factores, que podem ir do preconceito característico e da literal ignorância, até aos (complexos e muito intrincados) problemas de distribuição (de livros e de textos), sem esquecer a proverbial *escola do elogio mútuo*, que continua a caracterizar, de uma forma geral, a Academia portuguesa, que leva a que se convide, por exemplo, quem se conhece ou que está *por perto* ou quem faz parte de uma determinada *Escola* e o seu cânone.

Deste modo produz-se uma História – um cânone – para consumo nacional e até internacional que, ao diminuir, extinguir ou não (re)conhecer a realidade insular madeirense (e a investigação académica a ela referente), acaba por ser parcelar, equívoca, incompleta e insuficiente em relação ao todo (Portugal), além de erroneamente integradora – senão mesmo errada, leviana ou até falsa – a respeito de uma parte (a Madeira). Da manutenção desta realidade, resulta uma historiografia incapaz de apreender, na sua verdadeira extensão, especificidades, realidades e conceitos que são distintos dos detectados, definidos e usados para Portugal continental. Sem que tal nos impeça de ter a consciência inequívoca de que Portugal não seria o que é... se os arquipélagos da Madeira e dos Açores não existissem.

Contudo, em paralelo, também não deverão interpretar-se tais ausências, conscientes ou inconscientes – desde que também não reflectam uma situação de desmemória interna – como a assunção da especificidade e o reconhecimento implícito de um *ser-outro*? Encontramos aqui, portanto, mais um motivo (deontológico e ético, além de histórico) que justifica o conceito de *Madeirensidade* e da sua afirmação.

Daí a função primeira, essencial, da escrita da História da Madeira, como primeira via para o conhecimento da verdade. Esta deverá ser a prioridade. O seu reflexo na historiografia portuguesa, para que esta também se afirme mais completa e integral, será sempre uma consequência. Mas para que tudo isto aconteça, começa por ser fundamental que a História da Madeira interesse acima de tudo aos madeirenses. São estes que devem pugnar pela preservação e (re)construção da sua

Memória Colectiva. O conhecimento do fenómeno histórico é importante na aquisição da consciência (e consistência) política, que não deve ser algo circunstancial pois impõe-se que esteja além da circunstância.

À Academia madeirense exige-se – por si ou em associação – que contribua, investigando e fomentando o conhecimento, fazendo-o com a competência e a eficácia necessárias, pensando e visando a afirmação e o desenvolvimento regional, mas sempre – sempre! – com intuitos de projecção universal e de inserção em níveis de conhecimento globais (no Atlântico, na Macaronésia, em Portugal e na Europa).

Só não se pode é esperar que este nosso mundo seja salvo pelo “acaso” ou (apenas) pela força de alguma (por vezes primária ou demagógica) mensagem unitária. É preciso – parafraseando Jorge Borges de Macedo, a propósito da importância das Regiões – que esta seja uma mensagem vivida e consistente, advogada da Liberdade, concretizada numa cooperação que a diferencie e torne criadora. Daí a necessidade de intervir, para que esta atitude, esta posição crítica e didáctica – a respeito de uma unidade que contempla Regiões Autónomas – se comunique, numa mensagem universitária, científica, humanista e solidária. Temos de ensinar a lembrar que esta é uma questão essencial<sup>26</sup>.

Daí que, usando agora das palavras de Pierre Bourdieu – «o que faz a região não é o espaço, mas sim o tempo, a história»<sup>27</sup>, – tomemos a liberdade de as reformular, para afirmar, com maiúsculas, que *o que faz a Região não é só o espaço, mas acima de tudo o tempo e, por isso, a História*. Na certeza de que, se é certo que a identidade é uma coisa relacional, não é menos verdade que pretender construir o futuro sem ter um conhecimento sólido do passado é querer edificar só com voluntarismo e sem os alicerces devidos, o que contribui para fomentar a imprevisibilidade e o risco de fracasso e desilusão (com inevitáveis consequências sociais, políticas, económicas e financeiras).

Daí que só com desenvolvimento integral e integrado de uma sincera Cultura do conhecimento se poderá consolidar, promover e ampliar com eficácia os compromissos sociais e políticos necessários – e que se exigem conscientes –, para que se possam alcançar objectivos de diverso cariz (uma vez mais, do social ao económico, passando pelo político e pelo institucional), a curto, médio ou longo prazo.

Neste percurso, mesmo que aqui de um modo muito elementar, embora directo, há que considerar – hoje, como no passado – os quadros mentais, cuja influência não

---

<sup>26</sup> MACEDO, 1993, «Unidade de Poder e Diversidade de Situação nas áreas Regionais em Portugal. Consequências Metodológicas», pp. 11-33.

<sup>27</sup> BOURDIEU, 2001, *O poder simbólico*.



se deve desconsiderar. Pelo contrário, é um dos factores endógenos que nos ajudam a explicar o(s) esquecimento(s) e a desmemória.

Desde logo, o preconceito (alimentado pelo receio, temor, vergonha ou será pela soberba?), existente em vários meios e quadrantes (intelectuais ou apenas relativamente bem informados) da sociedade madeirense, que tendem a vociferar sempre que se trata de problematizar e debater questões de identidade e, em particular, da identidade madeirense. A isto se deve juntar uma propensão, também frequente (característica identitária?), para uma (imediata) subalternização ou submissão (mesmo que depois por vezes pontualmente revista) perante muito daquilo que é exógeno ao espaço insular.

Em paralelo, se é verdade que a afirmação social do madeirense assenta, em grande medida, como em todo o mundo ocidental, na componente material (algo que, tendo em conta o nosso objecto, é aqui secundário), é interessante verificar – e aqui reside o nosso interesse – que tal afirmação social também se faz e reforça, muitas vezes, pela capacidade revelada (e publicitada) para contactar e ter acesso àquilo que é exógeno, isto é: para conhecer aquilo que está além dos limites geográficos impostos pela insularidade – o *além-mar* – entendida como elemento castrador ou coercivo. A este respeito, consideram-se tanto o contacto com outros espaços, como o acesso a e o conhecimento de produções artísticas diversas, obras literárias ou outras.

Estamos, portanto, perante uma forma de (auto)distinção, que também tem uma dimensão histórica, característica social dos espaços pequenos, mais ou menos isolados, mas que se entende como uma das vias para a afirmação perante o outro, conterrâneo. Ou seja: tende-se a valorizar apenas ou preferencialmente (por vezes até exclusivamente), como forma de afirmação pessoal, aquilo que se considera universal e exógeno – ignorando-se, secundarizando-se ou diminuindo-se aquilo que é madeirense, insular ou local.

Esta atitude tem várias consequências. Pelo menos duas são preocupantes: a falta de um sentido crítico, assim como a incapacidade de debater (note-se: de forma séria e fundamentada) sobre o que somos (e aquilo que pretendemos ser). E isto verifica-se tanto no gradual desaparecimento da mais elementar crítica literária e artística a respeito da(s) produção(ões) insular(es), como na (quase total) ausência de qualquer tipo de debate doutrinário sobre assuntos madeirenses ou de interesse para a Madeira (desde logo nas áreas política, jurídica ou institucional).

Daí que o risco de anquilosamento seja sério e deva ser muito preocupante.

É por de mais evidente que nas últimas duas gerações as mudanças foram indubitáveis e profundas, tanto nas tomadas de consciência, como – acima de tudo

– naquilo que estas fomentaram e nas consequências que tiveram ou ajudaram a produzir.

A Autonomia conquistada, que contribuiu (como era expectável que o fizesse) para afirmar e expandir as características e os múltiplos aspectos do *Ser Madeirense*, ainda assim concentrou grande parte da sua energia nos componentes materiais. Não teve alternativa, dir-se-á, dados os evidentes atrasos infraestruturais da novel Região *in illo tempore*. Mas também não terá depois confundido Cultura com Folclore (resumindo a primeira no segundo)? Não terá optado por incentivar a Cultura Popular e as suas práticas, como via mais rápida para a afirmação da especificidade (e do poder) insular, em detrimento da Cultura Erudita?

Para que se possam atingir novas conquistas, o caminho terá de passar agora pelo reforço do investimento neste último sector, mas sem colocar em causa tudo aquilo que já foi feito – tendência que é frequente e multisectorial entre nós, por confundir-se *renovação* e *reforma* com *revolução* – e, muito menos, porque os exclusivismos são sempre destrutivos, sem reduzir aquilo que são os apoios concedidos às chamadas organizações e iniciativas de cariz popular. À Universidade deverá competir e exigir-se que seja promotora e parceira.

Neste contexto, e de forma concomitante, a área da Comunicação, no seu sentido mais lato, será cada vez mais importante em todos os processos, do saber comunicar, à capacidade de criar novas pontes de diálogo e divulgação assertiva. A vários níveis e do mais elementar ao mais complexo. Apenas três exemplos, muito simples e breves: primeiro, o *Relatório de avaliação da observância do princípio do pluralismo político 2020* (realizado pela ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social), mostra que a política das Regiões Autónomas não chega aos canais de âmbito nacional. Mais: depois de serem necessários(?) muitos anos para introduzir os canais regionais da RTP (Madeira e Açores) na distribuição por cabo a nível nacional, aqueles ficaram verdadeiramente perdidos na grelha televisiva, quase reservados a um apagamento compulsivo<sup>28</sup>; segundo, é necessário desenvolver de forma consistente e duradoura não só redes de informação e de distribuição de publicações, como também, em paralelo, concretizar – mas de um modo substantivo – a presença da Madeira (da marca “Madeira”, se preferirmos) em eventos de cariz cultural e de debate, nas várias áreas do saber (de feiras do livro a fóruns ou congressos especializados); terceiro, a necessidade de desenvolver políticas de reedição (de obras de referência

---

<sup>28</sup> Sem que aqui tenhamos sequer interesse em comparar a sua posição na grelha com os canais desportivos, de clubes ou até aqueles dedicados a vendas e à culinária.

já fora do mercado livreiro, em formato impresso e/ou digital) e de traduzir para língua(s) estrangeiras aquilo que em português na Ilha e sobre a Ilha se publica.

Mas para que tudo isto – e tudo o mais – se possa concretizar, nesse caminho necessário para a consciência da diversidade que é parte convergente de um todo, há também que assumir a necessidade de ter sempre presente o aforismo clássico, uma das máximas délficas, da Grécia Antiga: “*Conhece-te a ti mesmo*”. Porque se não o fizermos, outros farão por nós.

## **Bibliografia**

- AAVV, 1995, *Actas do Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura.
- AAVV, 2001, *A Madeira e a História de Portugal*, Funchal, CEHA.
- AAVV, 2001, *Autonomia e História das Ilhas*, Funchal, CEHA.
- ALMADA, David Hopffer, 2006, *Pela Cultura e pela Identidade. Em defesa da Caboverdianidade*, Praia, Instituto de Biblioteca Nacional e do Livro.
- ALMADA, José Luís Hopffer (coord.), 2008, *O Ano Mágico de 2006: Olhares Retrospectivos sobre a História e a Cultura Cabo-verdiana*, Praia, Instituto de Biblioteca Nacional e do Livro.
- BARRETO, António Barreto e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), 1999-2000, *Dicionário da História de Portugal – Suplemento*, 3 vols., Porto, Figueirinhas.
- BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (dir.), 1998, *História da Expansão Portuguesa*, 3 vols., Lisboa, Círculo de Leitores.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, 2010, *A Monarquia Constitucional*, Lisboa, Texto Editora.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, 2002, *O Século XIX português*, Lisboa, ICS.
- BOURDIEU, Pierre, 2001, *O poder simbólico*, 4.ª ed., Miraflores, Difel.
- BRITO, José Maria Brandão de e SANTOS, Paula Borges (coord.), 2020, *Os Anos sessenta em Portugal – Duas governações, diferentes políticas públicas?*, Porto, Edições Afrontamento.
- CARDOSO, José Luís, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, SERRÃO, José Vicente (org.), 2010, *Portugal, Brasil e a Europa Napoleónica*, Lisboa, ICS.
- Carta de Portugal Insular e Ultramarino*, 1970, Vila Nova de Gaia, Gaspar de Medeiros.
- CORDEIRO, 1992, «Autonomia e identidade nacional: os Açores na segunda metade do século XIX», *Revista de História das Ideias*, vol. 14, pp. 263-279.

- DIAS, Maria Helena, 2006, *Portugalliae Descriptio. Do 1.º mapa conhecido (1561) ao 1.º mapa moderno (1865)*, Instituto Geográfico do Exército.
- FARIA, Miguel Figueira de e MENDES, José Amado (coord.), 2013, *Dicionário de História Empresarial Portuguesa, Séculos XIX e XX*, vol. 1, Lisboa, UAL/INCM.
- FREITAS, Duarte Manuel, 2015, «Banca regional madeirense durante os séculos XIX e XX: breve caracterização», *Revista Portuguesa de História*, n.º 46, pp. 369-389.
- GARCIA, João Carlos, s.d., *Carta Orographica e Regional de Portugal (1875). Bernardino Barros Gomes, 1839-1910*, disponível em <https://purl.pt/369/1/ficha-obra-gomes-bernardino-barros.html>, consultado em Dezembro de 2022.
- GOMES, Bernardino Barros, 1878, *Cartas elementares de Portugal para uso das escolas*, Lisboa, Lallement Frères Typ.
- JOÃO, Maria Isabel, 1991, *Os Açores no século XIX: economia, sociedade e movimentos autonomistas*, Lisboa, Edições Cosmos
- JOÃO, Maria Isabel, 1996, «Identidade e Autonomia», in *Ler História*, n.º 31, pp. 103-131.
- LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da Silva (org.), 2005, *História Económica de Portugal 1700-2000*, 3 vols., Lisboa, ICS.
- LEITE, José Guilherme Reis (org., pref. e notas), 1987, *A Autonomia dos Açores na Legislação Portuguesa: 1892-1947*, Horta, Assembleia Regional dos Açores.
- LEITE, José Guilherme Reis, 1990, «O 2.º Movimento Autonomista Açoreano e a importância da Madeira no seu desenvolvimento», in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira (1989)*, Funchal, CNCDP, pp. 877-883.
- LEITE, José Guilherme Reis, 2001, «A Historiografia Açoriana na 1ª metade do Século XX – uma tentativa de compreensão», in *Arquipélago – História*, V, pp. 527-542.
- LOTMAN, Yuri, 2009, *Culture and Explosion* (ed. by Marina Grishakova; trans. by Wilma Clark), Berlim, Mouton de Gruyter.
- MACEDO, Jorge Borges de, 1993, «Unidade de Poder e Diversidade de Situação nas áreas Regionais em Portugal. Consequências Metodológicas», in *Primeiras Jornadas de História Local e Regional*, Lisboa, Colibri, pp. 11-33.
- Mapa Insular e Ultramarino*, 1939, Gaia, Lusitana.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.), 2002, *Portugal e a instauração do Liberalismo*, vol. IX, *Nova História de Portugal*, Lisboa, Presença.
- MATOS, Artur Teodoro de, MENESES, Avelino de Freitas de, LEITE, José Guilherme Reis (dir. científica), 2008, *História dos Açores. Do descobrimento ao século XX*, 2 vols., Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura.

- MATTOSO, José (dir.), 1993, *História de Portugal*, 1993, 7 vols., Lisboa, Círculo de Leitores.
- MATTOSO, José (dir.), 2010-2011, *Património de Origem Portuguesa no Mundo*, 4 vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- MATTOSO, José, DAVEAU, Suzanne, BELO, Duarte, 1997, *Portugal. O sabor da terra – Um retrato histórico e geográfico por regiões*, Lisboa, Temas & Debates (reedição em 2010).
- MEDINA, João (dir.), 1993, *História de Portugal*, 15 vols., Alfragide, Ediclube.
- MONJARDINO, Álvaro, 1990, «Raízes da Autonomia Constitucional», in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira (1989)*, Funchal, CNCDP, pp. 885-909.
- MONJARDINO, Álvaro, 2001, «Os complexos da Autonomia», in *Autonomia e História das Ilhas – Seminário Internacional*, Funchal, pp. 27-42.
- NEMÉSIO, Vitorino, 1932, «Açorianidade», in *Insula*, n.º 7-8, Ponta Delgada. *No Bicenténario da Revolução Liberal. Da Revolução à Constituição, 1820-1822*, 2020, Porto, Porto Editora.
- PERES, Damião (coord.), 1928-1954 e 1981, *História de Portugal*, 10 vols. e Suplemento, Barcelos e Porto, Portucalense Editora e Livraria Civilização.
- PINTO, António Costa e MONTEIRO, Nuno Gonçalo, 2013-2015, *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010*, 5 vols., Carnaxide, Objectiva/FundaciónMapfre.
- PIRES, Ana Paula e ROLLO, Maria Fernanda (coord.), 2013-2014, *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, 3 vols., Lisboa, Assembleia da República.
- RAMOS, Rui (coord.), SOUSA, Bernardo Vasconcelos e MONTEIRO, Nuno Gonçalo, 2009, *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros (4.ª ed. em 2010).
- RAMOS, Rui, Junho de 2010, «Portugal não é um país contente consigo próprio», *Seleções do Reader's Digest*, transcrito e disponível em <https://anabelamotaribeiro.pt/2013/09/30/>.
- REIS, António (coord.), 2007, *Retrato de Portugal. Factos e Acontecimentos*, Lisboa, Instituto Camões/Círculo Leitores.
- REIS, António, SANTOS, Paula Borges e REZOLA, Maria Inácia (coord.), 2017-2018, *Dicionário de História de Portugal – O 25 de Abril*, 8 vols., Porto, Figueirinhas.
- RODRIGUES, Paulo Miguel, 2010, «Da insularidade: prolegómenos e contributo para o estudo dos paradigmas da Madeirensidade (1910-1926)», in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 2, Funchal, SREC-CEHA, pp. 210-228 (edição em cd).

- RODRIGUES, Paulo Miguel, 2011, «A Madeira durante o primeiro triénio liberal (1820-1823): *autonomia, adjacência ou independência?*», in *Lusofonia – Tempo de Reciprocidades*, vol. II, Funchal, pp. 451-463.
- RODRIGUES, Paulo Miguel, 2012, «Da Autonomia na Madeira: uma proposta de reapreciação da sua génese e desenvolvimento durante a primeira metade do século XIX», in *Das Autonomias à Autonomia e à Independência. O Atlântico político entre os séculos XV e XXI*, Ponta Delgada, Letras Lavadas Edições, pp. 153-177.
- RODRIGUES, Paulo Miguel, 2021, *Dicionário Breve da História da Autonomia da Madeira*, Funchal, Imprensa Académica.
- ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de Brito (dir.), 1996, *Dicionário de História do Estado Novo*, 2 vols. Lisboa, Círculo de Leitores.
- ROSAS, Fernando e ROLLO, Fernanda (coord.), 2009, *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China.
- ROSAS, Fernando, 2004, *Portugal. Século XX (1890-1976). Pensamento e Acção Política*, Lisboa, Editorial Notícias.
- SARAMAGO, José, 1981 [1.ª ed.], *Viagem a Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores/Caminho.
- SARMENTO, Alberto Artur, 1930, *Madeira 1801 a 1802 e 1807 a 1814: notas e documentos*, Funchal, s.n.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1977-2010, *História de Portugal*, 18 vols., Lisboa, Verbo.
- SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da (coord. e prefácio), 1997, *Poder Central. Poder Regional. Poder Local – uma perspectiva histórica*, Lisboa, Edições Cosmos.
- SOUSA, Marcelo Rebelo de, 2022, *Serviço Público – Bloco de Notas*, RDP-Antena, disponível em <https://www.rtp.pt/play/p7328/e619675/bloco-de-notas>.
- STEFFENS, Jan e DANTAS, Suene de Souza, 2016, «Luhmann, Lotman e o problema da fronteira: uma reflexão teórico-crítica em torno das categorias de inclusão e exclusão», in *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, vol. 50, n.º 2, pp. 354-374.
- TENGARRINHA, José (org.), 2010, *História de Portugal*, São Paulo, Editora da Universidade do Sagrado Coração e Fundação da Editora da UNESP.
- VERÍSSIMO, Nelson, 1985, «Em 1917, a Madeira reclama Autonomia», in *Atlântico*, n.º 3, pp. 229-232.
- VERÍSSIMO, Nelson, 1989, «A nossa Autonomia. Um inquérito de Armando Pinto Correia», in *Atlântico*, n.º 19, pp. 197-202.

- VERÍSSIMO, Nelson, 1990, «O alargamento da Autonomia nos Distritos Insulares. O debate na Madeira (1922-1923)», in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira (1989)*, Funchal, CNCDP, pp. 493-515.
- VERÍSSIMO, Nelson, 1990, «Autonomia insular: as ideias de Quirino Avelino de Jesus», in *Isleña*, n.º 7, pp. 32-36.
- VERÍSSIMO, Nelson, 1991, «Autonomia insular: o debate na Primavera Marcelista», in *Isleña*, n.º 9, pp. 5-20.
- VERÍSSIMO, Nelson, 1995, «O alargamento da Autonomia Insular. O contributo açoreano no debate de 1922-23», in *Isleña*, n.º 16, pp. 22-30.
- VIEIRA, Alberto (coord.), 2012, *Deve e Haver das Finanças da Madeira. Séculos XV a XXI*, 14 vols., Funchal, CEHA.